

EDITAL 048/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 061/2025
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2025

TIPO:

MENOR PREÇO POR ITEM, como referência os valores unitários e totais que permanecerão em sigilo até a data do pregão eletrônico, exceto para os órgãos de controle. (ANEXO I).

MODO DE DISPUTA: ABERTO

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE JANAÚBA/MG.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

- **RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO ATÉ: 23:59 horas do 18/11/2025.**
- **RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ: 23:59 horas do 18/11/2025.**
- **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 09:00 horas do dia 24/11/2025.**
- **ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 09:01 horas do dia 24/11/2025.**
- **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:01 horas do dia 24/11/2025**

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para recebimento das propostas de preço e a abertura da sessão estarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:

PODERÃO SER FORMULADAS CONFORME ESTABELECIDO NO EDITAL:

TELEFONE: (38) 3821-1138 ramal 2019 OU PELO EMAIL: licitacao@hrjanauba.com.br

- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.
- **ENDEREÇO:** As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.
- **O LICITANTE QUE SE IDENTIFICAR DURANTE A FASE DE LANCES, QUER SEJA POR LIGAÇÕES TELEFÔNICAS, MENSAGENS DE WHATSAPP, EMAIL OU QUALQUER OUTRO MEIO DE COMUNICAÇÃO ENCAMINHADO A PREGOEIRA, SERÁ**



FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE JANAÚBA

Av: PEDRO ÁLVARES CABRAL, 140 - Bairro: VEREDAS – JANAÚBA- MG/ 39440-065

Telefone: (38) 3821-1138

www.hrjanauba.com.br

SUMARIAMENTE DESCLASSIFICADA POR INFRINGIR A LEI.

EDITAL 048/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N° 061/2025
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS N° 032/2025

A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE JANAÚBA-MG, sede na Avenida Pedro Álvares Cabral, nº 140, Bairro Veredas, Janaúba/MG, CNPJ 14.706.049/0001-79, isento de inscrição estadual, através de sua Pregoeira Oficial, nomeado pela Portaria nº 005/2024, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Decreto Municipal nº 120 de 20 de Dezembro de 2023, Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE JANAÚBA/MG.**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A presente licitação decorre da necessidade de reabertura do procedimento anteriormente instaurado por meio do Edital nº 032/2025 – Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 023/2025, no qual parte significativa dos itens restou deserta, cancelada ou fracassada, inviabilizando o atendimento integral da demanda institucional. Diante desse resultado, procedeu-se à revisão e atualização dos descritivos técnicos, com a inclusão de novos itens considerados essenciais, de modo a assegurar a regularidade do abastecimento e a continuidade dos serviços prestados pela Fundação Hospitalar de Janaúba/MG.

1.3. Todas as menções a marcas, modelos ou descrições específicas constantes deste edital constituem mera referência técnica quanto à capacidade, ao tipo, ao padrão de qualidade e ao desempenho esperado. Serão admitidas propostas contendo itens com características equivalentes ou superiores, cuja adequação será analisada pelo(a) Pregoeiro(a), mediante critérios objetivos de comparação e, se necessário, com o apoio de setores técnicos ou profissionais especializados, devidamente fundamentado em decisão administrativa.

1.4. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão entidades empresariais cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos. A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.
 - 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas neste edital.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
 - 2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

- 2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, por se tratar de licitação de pequeno vulto e entrega parcelada.
- 2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A vedação de que trata o item 3.6.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO CREDENCIAMENTO:

- 3.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 3.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 3.2.1. Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página www.portaldecompraspublicas.com.br, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail falelcom@portaldecompraspublicas.com.br.
- 3.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 3.3.1. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Fundação Hospitalar de Janaúba/MG., responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

- 3.4. O credenciamento junto ao Portal de Compras Públicas implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 3.6. O Pregão será conduzido pela pregoeira da Fundação Hospitalar de Janaúba/MG., com apoio técnico e operacional do Portal de Compras Públicas, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens deste Edital.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
 - 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
 - 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
 - 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), quando for o caso.
 - 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

- 4.5.1.no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2.nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3. ou 4.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, indicando:
- 5.1.1. Valor Unitário E Valor Total
- 5.1.2. Marca
- 5.1.2.1. Indicação completa do objeto ofertado, com as especificações constantes do Termo referência, ONDE DEVERÁ CONSTAR OBRIGATORIAMENTE, A MARCA DO PRODUTO OFERTADO, e a especificação sob pena de desclassificação.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
 - 5.5.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
 - 5.5.2. Caso a proposta não traga em seu bojo o prazo de validade, prevalecerá o prazo indicado no item anterior.
 - 5.5.3. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
- 5.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

- 6.7. O licitante somente deverá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 0,01 (um) centavo*.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa ABERTO, do qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - 6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.1. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.4.1. A empresa devesse anexar junto com a proposta adequada a FICHA TÉCNICA do produto ofertado, sob pena de desclassificação.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os requisitos deste edital.
- 7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.6.1. Contiver vícios insanáveis;
- 7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência;
- 7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- 7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.7.1.1.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.7.1.1.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

- 7.9.1.O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto, ou seja quando da necessidade de apresentação de AMOSTRAS.
- 7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2. A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

8.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 8.3.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;
- 8.3.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;
- 8.3.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- 8.3.4. Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

- 8.3.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.4. REGULARIDADE FISCAL:

- 8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- 8.4.2. Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;
- 8.4.3. Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.
- 8.4.4. Certidão de Regularidade em relação à Fazenda Pública Municipal.
- 8.4.5. Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
- 8.4.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.4.7. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

8.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 8.5.1. Certidão negativa de pedido de falência e concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

8.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 8.6.1. Autorização de funcionamento/AFE da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Ministério da Saúde) para empresas fabricantes ou distribuidoras dos medicamentos/insumos.
- 8.6.2. A cópia da licença sanitária estadual ou municipal, dos respectivos estabelecimentos dos fabricantes ou distribuidores.
- 8.6.3. Registro ou inscrição na Entidade Profissional Competente para distribuidor de material médico-hospitalar.
- 8.6.4. Registro dos produtos no Ministério da Saúde (exceto aqueles que estiverem isentos de registro, nos termos da Lei 6.360/76 regulamentada pelo Decreto nº 79.094/77). Para os produtos isentos, favor identificar.
- 8.6.5. Ficha técnica com foto de todos os itens.

8.6.6. Atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) o fornecimento anterior pertinente e compatível com o objeto desta licitação, independentemente de quantitativos, com caracterização do bom desempenho da licitante.

8.6.6.1. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade.

8.7. OUTROS DOCUMENTOS:

8.7.1. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21

8.7.2. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;

8.7.3. Em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;

8.7.4. As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e subscritas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

8.8. A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

8.9. Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

8.10. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

8.11. Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.

8.12. Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.13. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

8.14. Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante

- 8.15. Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.
- 8.16. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.
- 8.17. Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.
- 8.18. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.19. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.20. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.21. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.22. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 8.22.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - 8.22.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.23. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.24. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto neste edital.
- 8.25. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.26. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo

- prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 1.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 1.1.1.A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
 - 1.1.2.Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico da realização do pregão .

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 12.1.5. fraudar a licitação
 - 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica EXCLUSIVAMENTE pelo site www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, no Anexo I deste Edital, e às demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa.
- 14.2. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

- 14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.12. As partes envolvidas, por si e por seus colaboradores, deverão observar as disposições da Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, quando do tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, em especial quanto à finalidade, boa-fé e demais princípios insculpidos no art. 6º da LGPD.
- 14.13. A CONTRATANTE figura na qualidade de Controlador de dados enquanto a CONTRATADA é definida como Operadora de dados.
- 14.14. A CONTRATANTE e a CONTRATADA serão consideradas controladoras conjunta quando esta transferir dados pessoais e dados pessoais sensíveis de seus representantes, prepostos ou colaboradores à CONTRATANTE.
- 14.15. A CONTRATADA indicará encarregado para assuntos relacionados à LGPD que poderá ser o mesmo colaborador qualificado como preposto para outros assuntos relacionados à execução do contrato.
- 14.16. Os dados pessoais dos representantes, prepostos e colaboradores da CONTRATADA, obtidos em razão de Contrato e/ou Ata de registro de preço, poderão ser divulgados pela CONTRATANTE com a finalidade de cumprir mandamentos legais e jurisprudenciais relacionados à transparência.
- 14.17. A CONTRATADA está obrigada a guardar sigilo por si, por seus colaboradores ou prepostos, nos termos da LGPD, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento ou ter acesso em razão deste Contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências de eventual tratamento indevido ou uso em desconformidade com o objeto desta licitação.

- 14.18. É vedado à CONTRATADA o tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal. prepostos ou colaboradores da CONTRATADA, para viabilizar acesso aos sistemas de informação.
- 14.19. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 14.20. O Diretor compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.
- 14.21. A anulação do Pregão induz à do contrato/ata de registro de preço .
- 14.22. Conforme dispõe o decreto municipal nº 085, de 22 de setembro de 2023, o pagamento a fornecedores por órgãos e entidades do poder público municipal, disciplinando procedimentos para a aplicação do art. 158, Inciso I, Da Constituição Federal De 1988 (imposto de renda retido na fonte por órgãos da administração municipal direta, suas autarquias e fundações municipais), MUNICIPAL Nº 085, DE 22 DE SETEMBRO DE 2023, do qual ao efetuarem pagamento a pessoa física ou jurídica, referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado, deverão proceder à retenção do imposto de renda (IR) em observância ao disposto neste Decreto Municipal. (Vide decreto)
- 14.23. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.23.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 14.23.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
 - 14.23.2. ANEXO II – Modelo de Proposta
 - 14.23.3. ANEXO III– Declaração Conjunta
 - 14.23.4. ANEXO IV - Minuta de Ata de Registro de Preços
 - 14.23.5. ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

Janaúba-MG., 07 de novembro 2025.

Elaine Cristina Caires Oliveira Leão
Diretora Geral da Fundação Hospitalar de Janaúba

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

EDITAL 048/2025 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 061/2025 PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2025

TERMO REFERÊNCIA

1. OBJETO :

1.1. Futura e eventual aquisição de materiais médico-hospitalar para atender as necessidades da Fundação Hospitalar De Janaúba/MG., conforme condições e exigências estabelecidas nestes termos:

| Item | Código CNBS | Descrição | UND | QTDE |
|------|-------------|---|---------|------|
| 1 | 439806 | AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 0,7 X 25 MM: AGULHA HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX TIPO 304, SILICONIZADA, CALIBRE DE 439806 0,70Mm E COMPRIMENTO DE 25MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR VIOLETA E PROTETOR DE PLÁSTICO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO BPF ITIDO ELA VISA. PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR PORTARIA N. 503, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011. SELO DE APROVAÇÃO DO INMETRO. REGISTRO MS. No LOTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. | caixa | 410 |
| 2 | 477432 | BOLSA DE COLOSTOMIA DESCARTÁVEL TRANSPARENTE: BOLSA PLÁSTICA DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE GARANTE RESISTÊNCIA E VEDAÇÃO SEGURA CONTRA VAZAMENTOS. ABERTURA DE 30 MM. ADESIVO HIPOALERGÊNICO.NÃO ESTÉRIL. PACOTE COM 10 UNIDADES. | pacote | 1000 |
| 3 | 301510 | CAL SODADA MOLECULAR - 4,3KG: CAL SODADA GALÃO 4,3KG (USO MÉDICO). | unidade | 12 |
| 4 | 423732 | CANULA TRAQUEOSTOMIA METAL 00: CANULA TRAQUEOSTOMIA METAL 00 CONFECCIONADA EM METAL CROMADO, SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO, JOGO COMPOSTO POR 03 PEÇAS SENDO: 01 MANDRIL COM PONTA ARREDONDADA; 01 CÂNULA EXTERNA COM IMPRESSÃO DO NÚMERO EM LOCAL VISÍVEL, ASAS PARA FIXAÇÃO COM CADARÇO OU FIXADOR E ACABAMENTO QUE NÃO CAUSE TRAUMATISMO TRAQUEAL; 01 CÂNULA INTERNA COM ENCAIXE E FIXAÇÃO ADEQUADOS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE. | unidade | 15 |

| | | | | |
|----|--------|--|---------|-----|
| 5 | 423732 | CANULA TRAQUEOSTOMIA METAL 01: CANULA TRAQUEOSTOMIA METAL 01 CONFECCIONADA EM METAL CROMADO, SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO, JOGO COMPOSTO POR 03 PEÇAS SENDO: 01 MANDRIL COM PONTA ARREDONDADA; 01 CÂNULA EXTERNA COM IMPRESSÃO DO NÚMERO EM LOCAL VISÍVEL, ASAS PARA FIXAÇÃO COM CADARÇO OU FIXADOR E ACABAMENTO QUE NÃO CAUSE TRAUMATISMO TRAQUEAL; 01 CÂNULA INTERNA COM ENCAIXE E FIXAÇÃO ADEQUADOS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE. | unidade | 15 |
| 6 | 423732 | CANULA TRAQUEOSTOMIA METAL 02: CANULA TRAQUEOSTOMIA METAL 02 CONFECCIONADA EM METAL CROMADO, SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO, JOGO COMPOSTO POR 03 PEÇAS SENDO: 01 MANDRIL COM PONTA ARREDONDADA; 01 CÂNULA EXTERNA COM IMPRESSÃO DO NÚMERO EM LOCAL VISÍVEL, ASAS PARA FIXAÇÃO COM CADARÇO OU FIXADOR E ACABAMENTO QUE NÃO CAUSE TRAUMATISMO TRAQUEAL; 01 CÂNULA INTERNA COM ENCAIXE E FIXAÇÃO ADEQUADOS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE. | unidade | 15 |
| 7 | 423732 | CANULA TRAQUEOSTOMIA METAL 03: CANULA TRAQUEOSTOMIA METAL 03 CONFECCIONADA EM METAL CROMADO, SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO, JOGO COMPOSTO POR 03 PEÇAS SENDO: 01 MANDRIL COM PONTA ARREDONDADA; 01 CÂNULA EXTERNA COM IMPRESSÃO DO NÚMERO EM LOCAL VISÍVEL, ASAS PARA FIXAÇÃO COM CADARÇO OU FIXADOR E ACABAMENTO QUE NÃO CAUSE TRAUMATISMO TRAQUEAL; 01 CÂNULA INTERNA COM ENCAIXE E FIXAÇÃO ADEQUADOS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE. | unidade | 15 |
| 8 | 617194 | CAPA DE PROTEÇÃO DE MICROCÂMERA: CAPA PARA MICROCÂMERA 13 X 250 CM | unidade | 600 |
| 9 | 446251 | CARVÃO ATIVADO EM PÓ 250G: FRASCO CONTENDO 250 G DE PÓ DE CARVÃO ATIVADO. | frasco | 10 |
| 10 | 625223 | CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 14G: CATÉTER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, USO ÚNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONSTITUÍDO POR AGULHA SILICONIZADA, BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO; CÂNULA EM BIOMATERIAL POLIURETANO (VIALON), FLEXÍVEL, TRANSPARENTE (RADIOPACO); PROTETOR DE AGULHA/CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO EM CORES, CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL, PERMITINDO RÁPIDA VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO SANGUE; DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ACIONADO PELO PROFISSIONAL, PROTEÇÃO DE TODO COMPRIMENTO DA AGULHA. CBPF EMITIDO PELA ANVISA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERA DISPOR DE PROFISSIONAL TÉCNICO QUE POSSA MINISTRAR TREINAMENTO, | unidade | 600 |

| | | | | |
|----|--------|--|---------|-------|
| | | CONFORME DETERMINAÇÃO DA PORTARIA N.º 1.748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011. CALIBRE: 14 G. SÓ ACEITAMOS AS MARCAS: SEVEN CARE, BD E BBRAUN. | | |
| 11 | 460347 | CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 16G: CATÉTER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, USO ÚNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONSTITUÍDO POR AGULHA SILICONIZADA, BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO; CÂNULA EM BIOMATERIAL POLIURETANO (VIALON), FLEXÍVEL, TRANSPARENTE (RADIOPACO); PROTETOR DE AGULHA/CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO EM CORES, CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL, PERMITINDO RÁPIDA VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO SANGUE; DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ACIONADO PELO PROFISSIONAL, PROTEÇÃO DE TODO COMPRIMENTO DA AGULHA. CBPF EMITIDO PELA ANVISA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERA DISPOR DE PROFISSIONAL TÉCNICO QUE POSSA MINISTRAR TREINAMENTO, CONFORME DETERMINAÇÃO DA PORTARIA N.º 1.748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011. CALIBRE: 16 G. SÓ ACEITAMOS AS MARCAS: SEVEN CARE, BD E BBRAUN. | unidade | 600 |
| 12 | 625222 | CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 18G: CATÉTER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, USO ÚNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONSTITUÍDO POR AGULHA SILICONIZADA, BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO; CÂNULA EM BIOMATERIAL POLIURETANO (VIALON), FLEXÍVEL, TRANSPARENTE (RADIOPACO); PROTETOR DE AGULHA/CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO EM CORES, CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL, PERMITINDO RÁPIDA VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO SANGUE; DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ACIONADO PELO PROFISSIONAL, PROTEÇÃO DE TODO COMPRIMENTO DA AGULHA. CBPF EMITIDO PELA ANVISA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERA DISPOR DE PROFISSIONAL TÉCNICO QUE POSSA MINISTRAR TREINAMENTO, CONFORME DETERMINAÇÃO DA PORTARIA N.º 1.748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011. CALIBRE: 18 G. SÓ ACEITAMOS AS MARCAS: SEVEN CARE, BD E BBRAUN. | unidade | 1800 |
| 13 | 625221 | CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 20G: CATÉTER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, USO ÚNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONSTITUÍDO POR AGULHA SILICONIZADA, BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO; CÂNULA EM BIOMATERIAL POLIURETANO (VIALON), FLEXÍVEL, TRANSPARENTE (RADIOPACO); PROTETOR DE AGULHA/CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO EM CORES, CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL, PERMITINDO RÁPIDA VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO SANGUE; DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ACIONADO PELO PROFISSIONAL, PROTEÇÃO DE TODO COMPRIMENTO DA AGULHA. CBPF EMITIDO PELA ANVISA. A EMPRESA | unidade | 20000 |

| | | | | |
|----|--------|---|---------|-------|
| | | VENCEDORA DEVERA DISPOR DE PROFISSIONAL TÉCNICO QUE POSSA MINISTRAR TREINAMENTO, CONFORME DETERMINAÇÃO DA PORTARIA N.º 1.748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011. CALIBRE: 20 G. SÓ ACEITAMOS AS MARCAS: SEVEN CARE, BD E BBRAUN. | | |
| 14 | 438244 | CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 22 G: CATÉTER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, USO ÚNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONSTITUÍDO POR AGULHA SILICONIZADA, BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO; CÂNULA EM BIOMATERIAL POLIURETANO (VIALON), FLEXÍVEL, TRANSPARENTE (RADIOPACO); PROTETOR DE AGULHA/CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO EM CORES, CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL, PERMITINDO RÁPIDA VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO SANGUE; DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ACIONADO PELO PROFISSIONAL, PROTEÇÃO DE TODO COMPRIMENTO DA AGULHA. CBPF EMITIDO PELA ANVISA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERA DISPOR DE PROFISSIONAL TÉCNICO QUE POSSA MINISTRAR TREINAMENTO, CONFORME DETERMINAÇÃO DA PORTARIA N.º 1.748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011. CALIBRE: 22 G. SÓ ACEITAMOS AS MARCAS: SEVEN CARE, BD E BBRAUN. | unidade | 27800 |
| 15 | 438243 | CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 24G: CATÉTER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, USO ÚNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONSTITUÍDO POR AGULHA SILICONIZADA, BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO; CÂNULA EM BIOMATERIAL POLIURETANO (VIALON), FLEXÍVEL, TRANSPARENTE (RADIOPACO); PROTETOR DE AGULHA/CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO EM CORES, CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL, PERMITINDO RÁPIDA VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO SANGUE; DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ACIONADO PELO PROFISSIONAL, PROTEÇÃO DE TODO COMPRIMENTO DA AGULHA. CBPF EMITIDO PELA ANVISA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERA DISPOR DE PROFISSIONAL TÉCNICO QUE POSSA MINISTRAR TREINAMENTO, CONFORME DETERMINAÇÃO DA PORTARIA N.º 1.748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011. CALIBRE: 24 G. SÓ ACEITAMOS AS MARCAS: SEVEN CARE, BD E BBRAUN. | unidade | 12500 |
| 16 | | CLIPES PARA FECHAMENTOS DE BOLSAS DE COLOSTOMIA: BOLSA DE COLOSTOMIA DESCARTÁVEL TRANSPARENTE PACOTE COM 100 UNIDADES. | pacote | 500 |
| 17 | 623070 | COMPRESSA NEURO CIRURGICA 13 X 76 MM: FABRICADAS EM FIBRA DE RAYON DE EXTREMA PUREZA, POR PROCESSO ESPECIAL DE ENTRELACAMENTO; FIXADO AO TECIDO, PRESO EM SUPORTE DE PAPEL CARTÃO, CONTENDO 10 UNIDADES. EMBALADOS EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E EM CAIXA DE PAPEL CARTÃO. ESTERILIZADO EM | pacote | 80 |

| | | | | |
|----|--------|---|---------|------|
| | | ÓXIDO DE ETILENO (ETO). | | |
| 18 | - | CONECTOR VALVULADO PARA CONEXÃO SEM AGULHA: ESTÉRIL, USO ÚNICO, INDICADA PARA VEDAR CONECTORES DE EQUIPO DE INFUSÃO, EQUIPOS MULTÍVIAS, SERINGAS, CATÉTERES E DEMAIS PRODUTOS LUER LOCK. | unidade | 2500 |
| 19 | 411866 | CONJUNTO DE LINHA VENOSA X ARTERIAL: PRODUTO ESTÉRIL E ISENTO DE PIROGÊNIO. ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO. CONTÉM: 1 LINHA DE SANGUE ARTERIAL COM CÂMARA DE GOTEJAMENTO (CATABOLHA) COM FILTRO DE SEGURANÇA. 1 LINHA DE SANGUE VENOSA COM CÂMARA DE GOTEJAMENTO (CATABOLHA) COM FILTRO DE SEGURANÇA. 2 CONECTORES ISOLADORES DE PRESSÃO. 1 EQUIPO DE SORO. 1 RECIRCULADOR. TRAVAS TIPO CLAMP. | unidade | 1000 |
| 20 | 483370 | CURATIVO FIXAÇÃO INTRAVENOSO 6CM X 7CM. O CURATIVO TRANSPARENTE FIXADOR DE CATETER É UM PRODUTO DESENVOLVIDO PARA FIXAR E PROTEGER CATETERES EM LOCAIS DE INSERÇÃO, PROPORCIONANDO UM AMBIENTE SEGURO E LIVRE DE CONTAMINAÇÃO. COM SUA TRANSPARÊNCIA, PERMITE A VISUALIZAÇÃO DO LOCAL DE INSERÇÃO E DO CATETER, FACILITANDO A MONITORIZAÇÃO. DIMENSÃO 6 CM X 7 CM. PRODUTO DE USO ÚNICO. ESTÉRIL. | unidade | 2500 |
| 21 | 484837 | CURATIVO HIDROCOLOIDE 15X15: PLACA DE HIDROCOLOIDE 15 CM X 15 CM. EMBALADO INDIVIDUALMENTE, ESTÉRIL, PRODUTO DE USO ÚNICO. POSSUI EM SUA COMPOSIÇÃO CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA E PELÍCULA PROTETORA DE POLIURETANO. INDICADO PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTOS DE ÚLCERAS EM DIVERSOS LOCAIS, QUEIMADURA PEQUENAS E SUPERFICIAIS, CURATIVOS PÓS-OPERATÓRIO. | unidade | 1000 |
| 22 | 464738 | DRENO DE PENROSE ESTÉRIL Nº 1: DRENO DE PENROSE ESTÉRIL Nº 1, FABRICADO EM LÁTEX NATURAL. COR NATURAL. SEM GAZE, LÁTEX NATURAL, FLEXÍVEL, FORMATO TUBULAR UNIFORME EM TODA A EXTENSÃO, PAREDES FINAS E MALEÁVEIS. ESTÉRIL. EMBALADO EM PAPEL CIRÚRGICO. | unidade | 50 |
| 23 | 464738 | DRENO DE PENROSE ESTÉRIL Nº 2: DRENO DE PENROSE ESTÉRIL Nº 2, FABRICADO EM LÁTEX NATURAL. COR NATURAL. SEM GAZE, LÁTEX NATURAL, FLEXÍVEL, FORMATO TUBULAR UNIFORME EM TODA A EXTENSÃO, PAREDES FINAS E MALEÁVEIS. ESTÉRIL. EMBALADO EM PAPEL CIRÚRGICO. | unidade | 350 |
| 24 | 43851 | DRENO EM T – HASTE DE 30 CM ESTERILIZADO – 14: DRENO EM T, COM HASTE DE 30 CM, ESTERILIZADO Nº 14. FABRICADO EM LÁTEX NATURAL, PONTAS ATRAUMÁTICAS, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ESTERILIZADO A GÁS ÓXIDO DE ETILENO. | unidade | 30 |

| | | | | |
|----|--------|---|---------|------|
| 25 | 438515 | DRENO EM T – HASTE DE 30 CM ESTERILIZADO – 16: DRENO EM T, COM HASTE DE 30 CM, ESTERILIZADO Nº 16. FABRICADO EM LÁTEX NATURAL, PONTAS ATRAUMÁTICAS, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ESTERILIZADO A GÁS ÓXIDO DE ETILENO. | unidade | 30 |
| 26 | 610180 | EQUIPO HEMOTRANSFUSÃO: EQUIPO PARA INFUSÃO DE SANGUE E HEMODERIVADOS COM CÂMARA DUPLA FLEXÍVEL, A PRIMEIRA DOTADA DE FILTRO E A SEGUNDA PARA VISUALIZAÇÃO E CONTROLE DE GOTEJAMENTO, CONTENDO: FILTRO PARA HEMODERIVADOS, CONEXÃO: LUER SLIP OU LUER LOCK REVERSÍVEL PARA DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO PINÇA ROLETE COM EXCELENTE CONTROLE E MANUTENÇÃO DE GOTEJAMENTO, EXTENSÃO EM PVC, PERFURADOR PARA CONEXÃO COM BOLSAS DE SANGUE E FILTRO DE AR DISTAL BACTERIOLÓGICO PARA PREENCHIMENTO EM SISTEMA FECHADO (0,22 MICRA). | unidade | 2500 |
| 27 | 614379 | ESPONJA HEMOSTÁTICA ABSORVÍVEL: ESPONJA HEMOSTÁTICA DE GELATINA LIOFILIZADA. TEM AÇÃO HEMOSTÁTICA, CICATRIZANTE E É COMPLETAMENTE ABSORVÍVEL PELO ORGANISMO EM UM PERÍODO DE APROXIMADAMENTE 15 DIAS. HEMOSPON É ATÓXICO E APIROGÊNICO. APRESENTA-SE PRONTO PARA USO. TAMANHO APROXIMADO 125X80X10MM. | unidade | 300 |
| 28 | 620778 | EXTENSOR 120 CM FOTOSSENSÍVEL: EXTENSOR FOTOSSENSÍVEL LOCK/SLIP. ESTÉRIL. TUBO ÂMBAR. DESCARTÁVEL DE USO ÚNICO. COM TAMANHO E DIÂMETRO QUE SUPRA A NECESSIDADE DE UM ADULTO. | unidade | 500 |
| 29 | - | EXTENSOR DE ARTROSCOPIA (EQUIPO FECHADO 4 VIAS): PONTA PERFURANTE, CONFECCIONADA CONFORME DIMENSÕES DESCRITAS NA NBR ISO 14041/96, ADAPTÁVEL EM BOLSA E FRASCOS DE SOLUÇÕES, MATERIAL EM PVC (POLICLORETO DE VINILA); PROTETOR DA PONTA PERFURANTE (TAMPA) CONFECCIONADO EM MATERIAL PEBD (POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE); CORTA FLUXO TIPO PRESILHA, CONFECCIONADO EM MATERIAL PVC (POLICLORETO DE VINILA); TUBO CONFECCIONADO EM MATERIAL PVC (POLICLORETO DE VINILA); DERIVAÇÃO EM “Y”, CONFECCIONADO EM MATERIAL PVC (POLICLORETO DE VINILA); CONECTOR ANELADO, CONFECCIONADO EM MATERIAL PVC (POLICLORETO DE VINILA). | UNIDADE | 200 |
| 30 | 458080 | EXTENSOR VALVULADO BAIXA PRESSÃO: O EXTENSOR VALVULADO 1 VIA 20 CM BAIXA PRESSÃO 300 PSI É UMA EXTENSÃO CONSTITUÍDA DE TUBO FLEXÍVEL LISO EM PVC POSSUINDO EM UMA EXTREMIDADE, VÁLVULA ANTIRREFLUXO E NA OUTRA, CONECTOR LUER LOCK MACHO, AMBAS COM PROTETORES (TAMPAS VENTILADAS), PERMITINDO CONEXÕES EM PROCEDIMENTOS E EXAMES DE | unidade | 500 |

| | | | | |
|----|--------|---|---------|------|
| | | DIAGNÓSTICOS OU DE TERAPIA INTENSIVA (RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA). PRODUTO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO - ETO. USO ÚNICO. INDICAÇÃO E FINALIDADE DE USO: É INDICADO COMO EXTENSÃO OU PROLONGAMENTO PARA CONDUZIR LÍQUIDOS E MEIOS DE CONTRASTE SOBRE PRESSÃO A SEREM INJETADOS POR INTERMÉDIO DE VIAS DE ACESSO EM PACIENTES, ATRAVÉS DE CONEXÕES A SEREM AFIXADAS EM ACESSÓRIOS, BOMBAS INJETORAS E EQUIPAMENTOS ADOTADOS PELOS SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICOS OU DE TERAPIA INTENSIVA. | | |
| 31 | 479622 | FILTRO HEPA: FILTRO BARREIRA TOTAL A BACTÉRIAS E A VÍRUS COM EFICIÊNCIA MAIOR QUE 99,999%, BIDIRECIONAL, AUTO UMIDIFICADOR, TROCADOR DE CALOR E UMIDADE, COM MEMBRANA ÚNICA TOTALMENTE HIDROFÓBICA QUE IMPEDE A PASSAGENS DE LÍQUIDOS AO CIRCUITO, SEM TRATAMENTO COM SAIS HIGROSCÓPICOS OU CARGAS ELETROSTÁTICAS, VALIDADO MICROBIOLOGICAMENTE PARA GASES, AEROSSÓIS E SECREÇÕES COM BACTÉRIAS E/OU VÍRUS E OUTROS PATÓGENOS, RETÉM E FILTRA PARTÍCULAS DE LÁTEX, PARA USO EM CIRCUITO RESPIRATÓRIO. POSSUI BORDAS ARREDONDADAS SEM CANTOS VIVOS, VALIDADO PARA USO COM NEBULIZAÇÕES, VALIDADO PARA USO ATÉ 48HS COMPROVADO CIENTIFICAMENTE, E TOMADA PARA CAPNÓGRAFO PROTEGIDA DA UMIDADE E SECREÇÕES DO PACIENTE. CONTÉM TUBO EXTENSOR CORRUGADO FLEXÍVEL, DE 145 MM, COM MEMÓRIA E COM CONEXÃO UNIVERSAL. O TUBO CORRUGADO É ACOMPANHADO DE UMA TAMPA, A QUAL É UTILIZADA COMO DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO NO DESCARTE DE MATERIAL CONTAMINADO. VOLUME INTERNO DE 85ML. | unidade | 50 |
| 32 | 481528 | FIXADOR DE TUBO: COMPOSTO POR DUAS BANDAS – SUPERIOR (72CM) E INFERIOR (68CM DE COMPRIMENTO), EM TECIDO DE ALGODÃO ATÓXICO, HIPOALÉRGICO, ACOLCHOADO E ANTIESCARAS E POSSUI SISTEMA DE VELCRO PARA FECHAMENTO EM TORNO DA CABEÇA E PARA –FIXAÇÃO AO TUBO ENDOTRAQUEAL, O QUE DIMINUI O RISCO DE EXTUBAÇÃO ACIDENTAL. | unidade | 2300 |
| 33 | -- | FIXADOR PARA CANULA DE TRAQUEOSTOMIA: INDICADO PARA FIXAÇÃO/ESTABILIZAÇÃO DE CANULA DE TRAQUESOSTOMIA METÁLICA OU PLÁSTICA. TAMANHO: ADULTO. USO ÚNICO E INDIVIDUAL. NÃO ESTÉRIL. MATERIAL MACIO E ANTIALÉRGICO. | unidade | 200 |
| 34 | 616018 | FRALDA GERIÁTRICA G: FRALDA GERIÁTRICA G. PACOTE COM 8 UNIDADES. | pacote | 8000 |
| 35 | 616019 | FRALDA GERIÁTRICA XG: FRALDA GERIÁTRICA G. PACOTE COM 8 UNIDADES. | pacote | 8000 |

| | | | | |
|----|--------|---|---------|------|
| 36 | 619155 | FRASCO COLETOR UNIVERSAL: FRASCO COLETOR UNIVERSAL (FEZES/URINA). FRASCO (POTE) GRADUADO 80 ML. SISTEMA DE VEDAÇÃO TIPO ROSCA. ABERTURA LARGA. | frasco | 1500 |
| 37 | 445579 | GARROTE LATEX: UTILIZADO NO PROCEDIMENTO DE COLETA DE SANGUE, AUXILIANDO NA LOCALIZAÇÃO DAS VEIAS, CONFECCIONADO EM LÁTEX E POLIESTIRENO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 CM. | unidade | 150 |
| 38 | 475840 | GEL PARA ELETRODO: PRODUTO ATÓXICO, INODORO, PH NEUTRO, HIDROSSOLÚVEL E FACILMENTE REMOVIVÉL, POSSUI CONSISTÊNCIA FIRME, NÃO ESCORRE E NÃO GRUDA. UTILIZADOS EM EXAMES DE ELETROCARDIOGRAMA PARA CONDUZIR IMPULSOS ELÉTRICOS. FRASCO COM 100G. | unidade | 250 |
| 39 | - | KIT PIA: KIT DE PRESSÃO INVASIVA DE ALTA DURABILIDADE. OS KITS TRANSDUTORES DE PRESSÃO EDWARDS PARA MONITORIZAÇÃO DA PRESSÃO ARTERIAL SÃO ESTÉREIS E DE USO ÚNICO. OS KITS EDWARDS PODEM SER USADOS COM O SISTEMA VAMP (PROTEÇÃO DA MANIPULAÇÃO DE SANGUE VENOSO ARTERIAL), VISANDO A COLETA DE SANGUE FECHADA E SEM AGULHA. É PROJETADO PARA QUE O FLUIDO PASSE DIRETAMENTE PELO SENSOR DE PRESSÃO SEM DISTORÇÃO NA FORMA DA ONDA FIOS RECOBERTOS DE OURO PARA TRANSFERÊNCIA DE SINAL DE ALTA FIDELIDADE DISPONÍVEL COM O DISPOSITIVO DE LAVAGEM SNAP-TAP, PROJETADO PARA FACILITAR O PREENCHIMENTO DO SISTEMA E TESTAR A ONDA QUADRADA. DEVE SER COMPATÍVEL COM O KIT PIA EDWARD. | kit | 30 |
| 40 | 628522 | MALHA TUBULAR 10 CM: MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA; EM HELANCA, E FIOS DE NYLON BINADOS; COM ELASTICIDADE ADEQUADA, SEM DEFEITOS. MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA 10CMX25M - 100% ALGODÃO. | unidade | 200 |
| 41 | 628514 | MALHA TUBULAR 12 CM: MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA; EM HELANCA, E FIOS DE NYLON BINADOS; COM ELASTICIDADE ADEQUADA, SEM DEFEITOS. MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA 12CMX25M - 100% ALGODÃO. | unidade | 300 |
| 42 | 451478 | MASCARA LARINGEA Nº 01: MATERIAL: SILICONE. USO: REUTILIZÁVEL, COM ATÉ 40 CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. VEDAÇÃO: FORMADA NA HIPOFARINGE, GARANTINDO VEDAÇÃO DA LARINGE PARA VENTILAÇÃO. DESIGN: BORDA REFORÇADA, FORMATO ANATÔMICO, TUBO RESISTENTE A ACOTOVELAMENTO. BALÃO PILOTO: COM INDICAÇÃO TÁTIL DO GRAU DE INSUFLAÇÃO DO CUFF. INDICAÇÕES: TAMANHO, PESO DO PACIENTE E VOLUME MÁXIMO DE INSUFLAÇÃO IMPRESSO NO TUBO. ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVE DE VAPOR. LIVRE DE LÁTEX. TAMANHO: 01. | unidade | 20 |
| 43 | 451478 | MASCARA LARINGEA Nº 1,5: MATERIAL: SILICONE. | unidade | 20 |

| | | | | |
|----|--------|--|---------|----|
| | | USO: REUTILIZÁVEL, COM ATÉ 40 CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. VEDAÇÃO: FORMADA NA HIPOFARINGE, GARANTINDO VEDAÇÃO DA LARINGE PARA VENTILAÇÃO. DESIGN: BORDA REFORÇADA, FORMATO ANATÔMICO, TUBO RESISTENTE A ACOTOVELAMENTO. BALÃO PILOTO: COM INDICAÇÃO TÁTIL DO GRAU DE INSUFLAÇÃO DO CUFF. INDICAÇÕES: TAMANHO, PESO DO PACIENTE E VOLUME MÁXIMO DE INSUFLAÇÃO IMPRESSO NO TUBO. ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVE DE VAPOR. LIVRE DE LÁTEX. TAMANHO: 1,5. | | |
| 44 | 451472 | MASCARA LARINGEA Nº 02: MATERIAL: SILICONE. USO: REUTILIZÁVEL, COM ATÉ 40 CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. VEDAÇÃO: FORMADA NA HIPOFARINGE, GARANTINDO VEDAÇÃO DA LARINGE PARA VENTILAÇÃO. DESIGN: BORDA REFORÇADA, FORMATO ANATÔMICO, TUBO RESISTENTE A ACOTOVELAMENTO. BALÃO PILOTO: COM INDICAÇÃO TÁTIL DO GRAU DE INSUFLAÇÃO DO CUFF. INDICAÇÕES: TAMANHO, PESO DO PACIENTE E VOLUME MÁXIMO DE INSUFLAÇÃO IMPRESSO NO TUBO. ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVE DE VAPOR. LIVRE DE LÁTEX. TAMANHO: 02. | unidade | 20 |
| 45 | 451472 | MASCARA LARINGEA Nº 2,5: MATERIAL: SILICONE. USO: REUTILIZÁVEL, COM ATÉ 40 CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. VEDAÇÃO: FORMADA NA HIPOFARINGE, GARANTINDO VEDAÇÃO DA LARINGE PARA VENTILAÇÃO. DESIGN: BORDA REFORÇADA, FORMATO ANATÔMICO, TUBO RESISTENTE A ACOTOVELAMENTO. BALÃO PILOTO: COM INDICAÇÃO TÁTIL DO GRAU DE INSUFLAÇÃO DO CUFF. INDICAÇÕES: TAMANHO, PESO DO PACIENTE E VOLUME MÁXIMO DE INSUFLAÇÃO IMPRESSO NO TUBO. ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVE DE VAPOR. LIVRE DE LÁTEX. TAMANHO: 2,5. | unidade | 20 |
| 46 | 451473 | MASCARA LARINGEA Nº 03: MATERIAL: SILICONE. USO: REUTILIZÁVEL, COM ATÉ 40 CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. VEDAÇÃO: FORMADA NA HIPOFARINGE, GARANTINDO VEDAÇÃO DA LARINGE PARA VENTILAÇÃO. DESIGN: BORDA REFORÇADA, FORMATO ANATÔMICO, TUBO RESISTENTE A ACOTOVELAMENTO. BALÃO PILOTO: COM INDICAÇÃO TÁTIL DO GRAU DE INSUFLAÇÃO DO CUFF. INDICAÇÕES: TAMANHO, PESO DO PACIENTE E VOLUME MÁXIMO DE INSUFLAÇÃO IMPRESSO NO TUBO. ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVE DE VAPOR. LIVRE DE LÁTEX. TAMANHO: 03. | unidade | 25 |
| 47 | 451474 | MASCARA LARINGEA Nº 04: MATERIAL: SILICONE. USO: REUTILIZÁVEL, COM ATÉ 40 CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. VEDAÇÃO: FORMADA NA HIPOFARINGE, GARANTINDO VEDAÇÃO DA LARINGE PARA VENTILAÇÃO. DESIGN: BORDA REFORÇADA, FORMATO ANATÔMICO, TUBO RESISTENTE A ACOTOVELAMENTO. BALÃO PILOTO: COM INDICAÇÃO TÁTIL DO GRAU DE INSUFLAÇÃO DO | unidade | 25 |

| | | | | |
|----|--------|--|---------|-----|
| | | CUFF. INDICAÇÕES: TAMANHO, PESO DO PACIENTE E VOLUME MÁXIMO DE INSUFLAÇÃO IMPRESSO NO TUBO. ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVE DE VAPOR. LIVRE DE LÁTEX. TAMANHO: 04. | | |
| 48 | 451480 | MASCARA LARINGEA Nº 5: MATERIAL: SILICONE. USO: REUTILIZÁVEL, COM ATÉ 40 CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. VEDAÇÃO: FORMADA NA HIPOFARINGE, GARANTINDO VEDAÇÃO DA LARINGE PARA VENTILAÇÃO. DESIGN: BORDA REFORÇADA, FORMATO ANATÔMICO, TUBO RESISTENTE A ACOTOVELAMENTO. BALÃO PILOTO: COM INDICAÇÃO TÁTIL DO GRAU DE INSUFLAÇÃO DO CUFF. INDICAÇÕES: TAMANHO, PESO DO PACIENTE E VOLUME MÁXIMO DE INSUFLAÇÃO IMPRESSO NO TUBO. ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVE DE VAPOR. LIVRE DE LÁTEX. TAMANHO: 05. | unidade | 20 |
| 49 | - | POLIGLECAPRONE 4,0 - 3/8 - 1,9CM C/ AGULHA: O POLIGLECAPRONE 25 É UM FIO DE SUTURA CIRÚRGICA SINTÉTICO, ABSORVÍVEL E MONOFILAMENTAR, COMPOSTO POR UM COPOLÍMERO DE GLICOLIDA E E-CAPROLACTONA, CONHECIDO PELA SUA BOA SEGURANÇA DE NÓ E BAIXA REAÇÃO INFLAMATÓRIA. CAIXA COM 12. | caixa | 10 |
| 50 | | POLIPROPILENO 1- 1/2 - 4,0CM - C/ AGULHA: FIO DE SUTURA TIPO SINTÉTICA, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL E COMPOSTA POR POLÍMERO CRISTALINO ISOSTÁTICO DE POLIPROPILENO, UM POLIOLEFÍNICO SINTÉTICO LINEAR. A SUTURA DEVE SER APRESENTADA TINGIDA DE AZUL, A FIM DE FACILITAR A VISUALIZAÇÃO. A AGULHA CIRÚRGICA DEVERÁ SER COMPOSTA POR AÇO INOXIDÁVEL DA SÉRIE “AISI 420”. O PRODUTO DEVE ATENDER ÀS ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS PELA NORMA ABNT NBR 13904 – FIOS PARA SUTURA CIRÚRGICA, FARMACOPEIA BRASILEIRA E PELA FARMACOPEIA AMERICANA (USP) PARA SUTURAS CIRÚRGICAS NÃO ABSORVÍVEIS. POLIPROPILENO Nº 1- MEDINDO 75CM, 1/2, 4,0CM - CX COM 24 UNIDADES. | caixa | 20 |
| 51 | - | SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA PARA FLUIDOS ESTÉREIS QUE CONSISTE DE DUAS PONTAS PERFURANTES (EXTREMIDADES LANCETADAS) COM UM MEATO INTERNO COMUNICANTE ENTRE ELAS, UTILIZADO PARA RECONSTITUIÇÃO DE DROGAS LIOFILIZADAS E PRODUTOS INJETÁVEIS QUE NECESSITEM SER ADICIONADOS E MISTURADOS EM FLUIDOS ESTÉREIS. | unidade | 250 |
| 52 | 624482 | TUBO DE VENTILAÇÃO DE TEFLON: TUBO DE VETILAÇÃO CONFECCIONADA EM TEFLON NA COR BRANCA. COM ALTA RESISTENCIA, APIROGÊNICO. POSSUI FORMATO DE CARRETEL VAZADO COM FLANGES LATERAIS DE IGUAL TAMANHO PARA FIXAÇÃO NA MENBRANA DO TÍMPANO. PRODUTO DE USO ÚNICO. ESTÉRIL. | unidade | 30 |
| 53 | 451430 | TUBO ENDOTRAQUEAL C/B 5.5: TUBO | unidade | 100 |

| | | | | |
|----|--------|--|---------|-------|
| | | ENDOTRAQUEAL COM DIÂMETRO INTERNO DE 5,5 MM, COM BALÃO, FEITO DE MATERIAL PLÁSTICO UTILIZADO PARA ENTUBAÇÃO ENDOTRAQUEAL; MARCADORES DE GRADUAÇÃO EM CENTÍMETROS; EMBALAGEM INDIVIDUAL TIPO BLISTER, DE FÁCIL ABERTURA EM PAPEL GRAU CIRÚGICO; COM BALÃO; FABRICADO EM POLIPROPILENO, VÁLVULA ABS COM MOLA INOXIDÁVEL. | | |
| 54 | 627881 | CONDICIONADOR 30ML: CONDICIONADOR EM SACHÊ DE 30ML | sachê | 2000 |
| 55 | 295423 | CREME DENTAL 3G: CREME DENTAL EM SACHÊ DE 3G | sachê | 5000 |
| 56 | 627851 | DESODORANTE AEROSOL 150ML: DESODORANTE EM AEROSOL 150 ML. | unidade | 1000 |
| 57 | 478492 | LOÇÃO 35ML: LOÇÃO HIDRATANTE, FRASCO 35ML. | frasco | 6000 |
| 58 | 627845 | SHAMPOO SACHÊ 30 ML: SHAMPOO EM SACHÊ DE 30ML | sachê | 11000 |
| 59 | - | ATADURA GESSADA 06CM: CONFECCIONADO COM TECIDO DE GAZE 100% ALGODÃO, ISENTO DE CORANTE CORRETIVO E ALVEJANTE ÓPTICO, IMPREGNADO UNIFORMEMENTE COM MASSA VISCOSA, COMPOSTA DE GESSO HEMI- HIDRATADO COM SULFATO DE CÁLCIO, DERIVADOS DE CELULOSE E LIGANTES A BASE DE POLIMENTOS DE VINHA. 06CM X 2 METROS. | unidade | 50 |
| 60 | - | ATADURA GESSADA 08CM: CONFECCIONADO COM TECIDO DE GAZE 100% ALGODÃO, ISENTO DE CORANTE CORRETIVO E ALVEJANTE ÓPTICO, IMPREGNADO UNIFORMEMENTE COM MASSA VISCOSA, COMPOSTA DE GESSO HEMI- HIDRATADO COM SULFATO DE CÁLCIO, DERIVADOS DE CELULOSE E LIGANTES A BASE DE POLIMENTOS DE VINHA. 08CM X 2 METROS. | unidade | 300 |
| 61 | - | EMBALAGEM SMS 40X40CM - PESADO: PRODUTO NÃO ESTÉRIL. PESADO (50G). COMPATÍVEL E RESISTENTE AS CONDIÇÕES FÍSICAS DE ESTERILIZAÇÃO. PERMITE PENETRAÇÃO E REMOÇÃO DO AGENTE ESTERILIZANTE. NÃO GERA PARTÍCULAS. SEGURO E ATÓXICO, REPELÊNCIA A LÍQUIDOS. PACOTE COM 50 UNIDADES. | pacote | 700 |
| 62 | - | EMBALAGEM SMS 80X80CM - PESADO: PRODUTO NÃO ESTÉRIL. PESADO (50G). COMPATÍVEL E RESISTENTE AS CONDIÇÕES FÍSICAS DE ESTERILIZAÇÃO. PERMITE PENETRAÇÃO E REMOÇÃO DO AGENTE ESTERILIZANTE. NÃO GERA PARTÍCULAS. SEGURO E ATÓXICO, REPELÊNCIA A LÍQUIDOS. PACOTE COM 50 UNIDADES. | pacote | 650 |
| 63 | - | EMBALAGEM SMS 120X120CM - PESADO: PRODUTO NÃO ESTÉRIL. PESADO (50G). COMPATÍVEL E RESISTENTE AS CONDIÇÕES FÍSICAS DE ESTERILIZAÇÃO. PERMITE PENETRAÇÃO E REMOÇÃO DO AGENTE ESTERILIZANTE. NÃO GERA PARTÍCULAS. SEGURO E ATÓXICO, REPELÊNCIA A LÍQUIDOS. | pacote | 500 |

| | | | | |
|----|----------------------|---|-----------|-------|
| | | PACOTE COM 50 UNIDADES. | | |
| 64 | - | LAMINA DESCARTÁVEL PARA TRICOTOMIZADOR CIRURGICO: INDICADA PARA A TONSURA DE TODOS OS TIPOS DE PELOS FINOS OU ESPessos, SECOS OU MOLHADOS. POSSUI LÂMINA DE CORTE SOBRE A LÂMINA ESTACIONÁRIA, À DISTÂNCIA DA PELE, MINIMIZANDO O RISCO DE FERIMENTOS OU CORTES. REALIZA O CORTE NOS DOIS SENTIDOS DE MOVIMENTO, PROPORCIONANDO UMA TRICOTOMIA EFICIENTE. POSSUI ALTURA DE 4,50CM, LARGURA DE 3,00CM PROFUNDIDADE DE 1,00CM, PESO LÍQUIDO DE 0,012 KG, ALTURA DA EMBALAGEM DE 7,00 EM PROFUNDIDADE DA EMBALAGEM DE 1,00CM. | unidade | 1000 |
| 65 | 604964 Aproximado | AVENTAL TNT DESCARTÁVEL MANGA LONGA 40G: INTEIRAMENTE CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO DO TIPO AGULHADO, POR PROCESSO DE COSTURA OVERLOQUE. HIPOALERGÊNICO; FECHAMENTO COM TIRAS; COR: BRANCA. 40G. NÃO ACEITAMOS A MARCA INFINTI. | unidade | 10000 |
| 66 | 610251 | EQUIPO UNIVERSAL PARA NUTRIÇÃO ENTERAL EM SISTEMA FECHADO: ESTÉRIL, DE USO ÚNICO, ATÓXICO, DESCARTÁVEL E LIVRE DE LÁTEX. DEVE APRESENTAR NO MÍNIMO 2,0 M DE COMPRIMENTO, CONEXÃO PROXIMAL UNIVERSAL EM FORMATO DE PONTA CRUZ, COM TAMPA PROTETORA PARA EVITAR CONTAMINAÇÃO DURANTE O MANUSEIO E COMPATÍVEL COM FRASCOS DE SISTEMA FECHADO. O EQUIPO DEVE POSSUIR CÂMARA DE GOTEJAMENTO FLEXÍVEL E TRANSPARENTE, QUE PERMITA A VISUALIZAÇÃO ADEQUADA DO FLUXO, ALÉM DE PINÇA CORTA-FLUXO E PINÇA ROLETE PARA REGULAGEM DA VAZÃO. A CONEXÃO DISTAL DEVE SER PADRÃO UNIVERSAL, PERMITINDO ENCAIXE SEGURO AO EQUIPO DE ADMINISTRAÇÃO ENTERAL. O PRODUTO DEVE SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, DEVIDAMENTE IDENTIFICADA COM NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, E POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. | unidade | 7.000 |
| 67 | - | ABSORVENTE: INTÍMO INTERNO, TAMANHO M, CAIXA COM 16 UNIDADES. | CAIXA | 50 |
| 68 | 431260 | ESPONJA HEMOSTÁTICA COLÁGENO: PRODUTO COM 100% DE COLÁGENO PORCINO LIOFILIZADO; ABSORVE 40 A 50 VEZES SEU PRÓPRIO PESO EM SANGUE TOTAL; ESTABILIZA O COÁGULO NO ALVÉOLO; POSSIBILITA ÓTIMA VISUALIZAÇÃO DO CAMPO CIRÚRGICO. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES - 1,0 X 1,0 X 1,0 CM. ATÓXICO E APIROGÊNICO, APRESENTA-SE PRONTO PARA USO, EMBALADO EM BLÍSTERES INDIVIDUAIS. APRESENTADO ESTÉRIL, SENDO A ESTERILIZAÇÃO FEITA POR RADIAÇÃO GAMA. | embalagem | 250 |
| 69 | 623732 | SERINGA 1ML COM AGULHA : SERINGA DESCARTAVEL 1ML COM AGULHA 13 X 0,45MM 26G | unidade | 42000 |

| | | | | |
|--|--|---|--|--|
| | | 1/2, SEM ESPAÇO MORTO E COM CAPACIDADE PARA ATÉ 100 UNIDADES DE INSULINA. EM AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADA. CBPF EMITIDO PELA ANVISA. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER A NBR ISO 8537 DE 03/08/2006 E APRESENTAR O SELO DE APROVAÇÃO DO INMETRO, CONFORME PORTARIA N.º 503, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011. LUER SLIP. INTERVALO DE ESCALA NUMERADA 1 EM 1. | | |
|--|--|---|--|--|

- 1.2. A presente licitação decorre da necessidade de reabertura do procedimento anteriormente instaurado por meio do Edital nº 032/2025 – Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 023/2025, no qual parte significativa dos itens restou deserta, cancelada ou fracassada, inviabilizando o atendimento integral da demanda institucional. Diante desse resultado, procedeu-se à revisão e atualização dos descritivos técnicos, com a inclusão de novos itens considerados essenciais, de modo a assegurar a regularidade do abastecimento e a continuidade dos serviços prestados pela Fundação Hospitalar de Janaúba/MG.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, nos termos do artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021, que estabelece que os itens de consumo deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.
- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da Formalização do Termo de Contrato e/ou Ata de Registro de Preço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundação Hospitalar de Janaúba/MG constitui unidade pública de saúde que exerce papel central no atendimento hospitalar da região, atuando como referência para casos de urgência e emergência em 14 municípios do entorno. Atualmente, a instituição mantém em funcionamento 130 leitos hospitalares, o que reforça sua responsabilidade como retaguarda indispensável da rede pública de assistência.

A estrutura organizacional do hospital conta com setores estratégicos, entre os quais se destaca a Farmácia Hospitalar, cuja atribuição primordial é assegurar o uso seguro e racional dos medicamentos e suprimentos. Cabe a essa unidade não apenas a dispensação controlada de fármacos, mas também a gestão de insumos de consumo contínuo, equipamentos de proteção individual (EPIs) e materiais de diagnóstico, todos essenciais para a manutenção da rotina clínica e para a preservação da qualidade assistencial. A padronização desses materiais segundo protocolos internos permite eficiência na gestão de estoques, controle orçamentário mais rigoroso e rastreabilidade segura dos produtos utilizados.

A presente contratação torna-se imperiosa em razão do insucesso parcial do certame anterior (Edital nº 032/2025 – Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 023/2025), no qual itens indispensáveis ao funcionamento hospitalar restaram desertos, cancelados ou fracassados. Essa circunstância inviabilizou a plena recomposição dos estoques e impôs a necessidade de nova licitação, com atualização dos descritivos técnicos e inclusão de produtos adicionais julgados essenciais à continuidade dos serviços

Entre os materiais que compõem esta demanda, destaca-se a aquisição de equipamentos de nutrição enteral, insumos imprescindíveis para o suporte terapêutico de pacientes impossibilitados de alimentação por via oral. A ausência desse recurso comprometeria diretamente a segurança clínica, a qualidade do atendimento e a eficácia dos tratamentos, expondo a riscos tanto usuários quanto profissionais de saúde

A justificativa para esta contratação encontra fundamento jurídico no texto da Constituição da República de 1988, que consagra a saúde como direito fundamental. O artigo 196 estabelece que:

"Artigo 196 — A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Do mesmo modo, o artigo 6º elenca a saúde como direito social ao lado da educação, moradia, alimentação e demais garantias que compõem a base da cidadania.

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

O artigo 198 dispõe que as ações e serviços de saúde devem integrar rede hierarquizada e regionalizada, regida pelos princípios da universalidade, integralidade e equidade, assegurando não apenas assistência curativa, mas também caráter preventivo.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

No plano estadual, o artigo 219 da Constituição Mineira reafirma a saúde como dever solidário de todos os entes federados, impondo a adoção de políticas sociais e econômicas que assegurem acesso universal e igualitário à população.

Art. 219 - A saúde é direito de todos e dever do Estado.

Parágrafo único - Os Poderes Públicos Estadual e Municipal garantirão o direito à saúde mediante: políticas sociais, econômicas e ambientais que visem ao bem-estar físico, mental e social do indivíduo e da coletividade e à redução do risco de doenças e outros agravos; acesso universal e igualitário às ações e ao serviço de saúde, em todos os níveis; direito à obtenção de informações e esclarecimentos

de interesse da saúde individual e coletiva, assim como as atividades desenvolvidas pelo sistema; atendimento integral do indivíduo, abrangendo a promoção, preservação e recuperação de sua saúde.

Já o artigo 223 detalha competências do Sistema Único de Saúde, destacando a obrigação de garantir assistência integral, organizar a produção e distribuição de medicamentos e insumos, além de fiscalizar a qualidade e a segurança dos produtos destinados à saúde coletiva.

Art. 223 - Compete ao sistema único de saúde, nos termos da lei, além de outras atribuições:

I - a assistência integral à saúde, respeitadas as necessidades específicas de todos os segmentos da população;

V - a organização, fiscalização e controle da produção e distribuição dos componentes farmacêuticos básicos, medicamentos, produtos químicos, biotecnológicos, imunobiológicos, hemoderivados e outros de interesse para a saúde, facilitando à população o acesso a eles;

Assim, a contratação dos itens listados no Termo de Referência não se trata de mera opção administrativa, mas de providência inadiável para garantir a continuidade dos serviços hospitalares, a efetividade do direito constitucional à saúde e a segurança assistencial da população. A adoção do Sistema de Registro de Preços como mecanismo de aquisição, por sua vez, possibilita maior flexibilidade na gestão, permitindo a reposição conforme a demanda real e prevenindo situações de desabastecimento que poderiam comprometer a integridade do atendimento.

Portanto, a fundamentação da presente demanda repousa em dois pilares: de um lado, a necessidade concreta e imediata de insumos que assegurem o funcionamento pleno da Fundação Hospitalar de Janaúba/MG; de outro, a obrigação jurídica e constitucional de garantir à população local e regional o acesso a serviços de saúde contínuos, seguros e de qualidade, em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Sustentabilidade:

- 4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que concerne à equipamentos hospitalares.
- 4.1.1 Embalagens Sustentáveis: Optar por produtos cujas embalagens sejam recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis, reduzindo a geração de resíduos e a poluição. Itens como luvas, seringas, e medicamentos devem ser oferecidos com embalagens que atendam aos critérios de sustentabilidade.
 - 4.1.2 Conformidade com a Lei de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010): Garantir que os fornecedores sigam as disposições relativas ao manejo adequado de resíduos e descartes de produtos como seringas, luvas, e medicamentos vencidos, visando a redução da contaminação ambiental.
 - 4.1.3 Certificação Sanitária: Certificar-se de que os produtos adquiridos possuem as autorizações necessárias dos órgãos de vigilância sanitária e atendem aos requisitos de segurança e eficácia exigidos para o setor da saúde.

Vedação de marcas ou modelos

- 4.2 Na presente contratação não serão admitida a seguintes marcas, de acordo com as justificativas realizadas pela equipe técnica:
- 4.2.1 Itens 10 a 15: devido ao perfil assistencial do Hospital, que atende principalmente pacientes vulneráveis em urgência, emergência e oncologia, constatou-se que o uso de marcas diversas de cateter intravenoso periférico resultou em intercorrências como perda de acesso, infiltrações, obstruções, rompimentos e risco de extravasamento de quimioterápicos. As marcas Seven Care, BD e BBraun foram as únicas que apresentaram desempenho seguro, sem registro desses problemas, garantindo maior estabilidade, confiabilidade e segurança na administração de terapias críticas, por esse motivo só aceitaremos dessas marcas.
 - 4.2.2 Item 65: A marca Infiniti apresentou desempenho insatisfatório em fornecimentos anteriores, com baixa durabilidade do material, perda de integridade estrutural durante o uso e ausência da proteção adequada ao trabalhador. Os relatos de usuários destacaram falhas constantes, especialmente quanto à resistência e conforto, colocando em risco a segurança ocupacional. Considera-se, portanto, que o produto não atende aos requisitos técnicos mínimos exigidos pela Fundação Hospitalar de Janaúba/MG.

Da exigência de amostra

- 4.3 Em caso de necessidade de verificação dos itens ofertados, havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá

apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.4 As amostras poderão ser entregues no endereço da Fundação Hospitalar de Janaúba-MG., no prazo limite de 03(três) dias sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.5 É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.6 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.7 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.8 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.9 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.10 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 03 (três) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.11 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Subcontratação

4.12 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.13 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de bens de entregas continuadas e de forma parcelada.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 O prazo de entrega dos produtos é de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento, em remessa única conforme ordem de fornecimento, quantidades e local indicado, podendo ser prorrogado por igual período desde que solicitado e com justificativa aceita pela Fundação.

- 5.2 Os produtos deverão ser entregues rigorosamente com as características e especificações constantes neste termo de referência, ficando esclarecido que correrá por conta da CONTRATADA, todas as despesas com transporte, tributos, embalagens, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros, encargos ou acessórios, entre outros que porventura se mostrem necessários para completo atendimento ao objeto licitado.
- 5.3 Os produtos deverão ser entregues no sede da Fundação Hospitalar de Janaúba-MG., localizado na Avenida Pedro Álvares Cabral, 140 - Bairro: Veredas – Janaúba- MG/ 39440-065, de 08h00min as 11h00min e de 14h00min as 17h00min em dias úteis no Almojarifado da Fundação Hospitalar de Janaúba.
- 5.4 A Fundação Hospitalar de Janaúba-MG., não aceitará a exigência de faturamento mínimo, estipulação de horário ou outras restrições da CONTRATADA que venham a prejudicar .

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) indicados pela Fundação Hospitalar de Janaúba/MG.

Fiscalização Técnica

- 6.6 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
 - 6.6.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
 - 6.6.2 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.6.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.6.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.6.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.7 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.8 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.10 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.11 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

- 6.12 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.13 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.14 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTOS E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 1 (um) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.8.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1 o prazo de validade;

7.9.2 a data da emissão;

7.9.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5 o valor a pagar; e

7.9.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12 A Administração deverá realizar consulta: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.13 Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.17 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

7.18 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.22 Não será admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR VALOR POR ITEM**.

Forma de fornecimento

8.2 O fornecimento do objeto será parcelada,, conforme necessidade da Fundação Hospitalar de Janaúba.

Exigências de habilitação

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.4 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11 **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12 **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

- 8.15 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.17 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.18 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.19 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.20 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.21 Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

- 8.22. Autorização de funcionamento/AFE da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Ministério da Saúde) para empresas fabricantes ou distribuidoras dos medicamentos/insumos.
- 8.23. A cópia da licença sanitária estadual ou municipal, dos respectivos estabelecimentos dos fabricantes ou distribuidores.
- 8.24. Registro ou inscrição na Entidade Profissional Competente para distribuidor de material médico-hospitalar.
- 8.25. Registro dos produtos no Ministério da Saúde (exceto aqueles que estiverem isentos de registro, nos termos da Lei 6.360/76 regulamentada pelo Decreto nº 79.094/77). Para os produtos isentos, favor identificar.
- 8.26. Ficha técnica com foto de todos os itens.
- 8.27. Atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) o fornecimento anterior

pertinente e compatível com o objeto desta licitação, independentemente de quantitativos, com caracterização do bom desempenho da licitante.

8.27.1. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade.

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.2 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.1.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.1.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.1.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Fundação Hospitalar de Janaúba-MG.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

14.1.1.10.302.11.4002.3390300 FONTE: 1500001002 FICHA 1296

14.1.1.10.302.11.4002.3390300 FONTE: 1501000000 FICHA 1297

14.1.1.10.302.11.4002.3390300 FONTE: 1600000000 FICHA 1298

14.1.1.10.302.11.4002.3390300 FONTE: 1621000000 FICHA 1299

Janaúba-MG., 03 de novembro de 2025.

Jessica Micaelle Carneiro Sales Silva
Coordenadora da Farmácia

Ana Cláudia de Oliveira Neres
Coordenação de Enfermagem

Joyce Fernandes Lima
Nutricionista RT

Valéria Lopes de Oliveira
Coordenação do centro de imagens

Francine Vitoria Silva Santos
Técnica de Segurança do Trabalho

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

DADOS DO RESPONSÁVEL

| | | |
|--|--|---|
| Nome: Jessica Micaelle Carneiro Sales Silva / Ana Cláudia de Oliveira Neres / Joyce Fernandes Lima / Valéria Lopes de Oliveira / Francine Vitoria Silva Santos | | CPF: [REDACTED] / [REDACTED] / [REDACTED] |
| Telefone: (38)3821-1138, ramais: 2016 / 2008 / 2015 / 2032 / 2023 | Celular: [REDACTED] / [REDACTED] | E-mail: farmacia@hrjanauba.com.br / snd@hrjanauba.com.br / segurancadotrabalho@hrjanauba.com.br |
| Unidade: Farmácia, ortopedia, CME, SND e centro de imagens. | | |

INFORMAÇÕES GERAIS

| | |
|--|--|
| ORGÃO GERENCIADOR: Farmácia e almoxarifado. | |
| Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE JANAÚBA/MG. | |
| Sistema de Registro de Preço: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | Vistoria / Amostra: Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Facultativa <input type="checkbox"/> Não se aplica |
| Adjudicação: <input checked="" type="checkbox"/> Item <input type="checkbox"/> Lote ou Item <input type="checkbox"/> Global | Representatividade da demanda: <input type="checkbox"/> Investimento <input checked="" type="checkbox"/> Custeio <input type="checkbox"/> Custeio (nova contratação) |
| Dotação Orçamentária: 14.1.1.10.302.11.4002.3390300 FONTE: 1500001002 FICHA 1296 14.1.1.10.302.11.4002.3390300 FONTE: 1501000000 FICHA 1297 14.1.1.10.302.11.4002.3390300 FONTE: 1600000000 FICHA 1298 14.1.1.10.302.11.4002.3390300 FONTE: 1621000000 FICHA 1299 | |

1. INTRODUÇÃO

O presente documento tem por finalidade apresentar o Estudo Técnico Preliminar (ETP) destinado a subsidiar a contratação da futura e eventual aquisição de materiais médico-hospitalares necessários ao funcionamento da Fundação Hospitalar de Janaúba/MG. A elaboração deste estudo decorre da constatação, no certame anterior (Edital nº 032/2025 – Pregão Eletrônico nº 023/2025), de que diversos itens restaram desertos, cancelados e/ou fracassados, o que comprometeu a regularidade do abastecimento e demandou a reabertura do processo com atualização dos descritivos técnicos e inclusão de novos materiais de caráter essencial.

O objetivo central deste ETP é analisar de forma detalhada a necessidade de aquisição, identificar no mercado as soluções adequadas e propor estratégias que assegurem a viabilidade da contratação, em conformidade com as normas vigentes e com os princípios da Administração Pública. Tal estudo se fundamenta na realidade operacional da instituição, que atualmente dispõe de 130 leitos ativos e atua como referência em urgência e emergência para 14 municípios da região, circunstância que amplia a demanda por insumos hospitalares seguros, padronizados e de fornecimento contínuo.

Este documento consolida os estudos preliminares necessários para dimensionar os riscos, definir a estratégia de contratação, fornecer subsídios técnicos para a elaboração do Termo de Referência e estabelecer parâmetros para a sustentação da solução contratada. Entre os itens demandados, merece destaque a aquisição de equipos de nutrição enteral, indispensáveis para pacientes impossibilitados de alimentação oral, cuja ausência comprometeria a eficiência terapêutica e a segurança assistencial.

Assim, o presente ETP reúne as informações técnicas essenciais para respaldar a tomada de decisão administrativa, em estrita observância ao disposto no art. 7º da Portaria Normativa ME/SEDGGD/SG nº 40, de 22 de maio de 2020, garantindo que a contratação pretendida seja conduzida de maneira fundamentada, transparente e em consonância com os marcos legais aplicáveis.

2. REFERÊNCIA LEGAL

Aplicam-se à contratação proposta, os seguintes marcos normativos:

- Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, dispõe sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

- Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147, de 7 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar n.º 155 /2016 - Institui o Estatuto Nacional da Micro empresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n.º 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943, da Lei n.º 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n.º 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis n.º 9.317, de 05 de dezembro de 1996, e 9.841, de 05 de outubro de 1999;
- Decreto Municipal nº 120 de 20 de Dezembro de 2023.
- portaria nº 4.283, de 30 de dezembro de 2010.
- Portaria n.º 3.916, de 30 de outubro de 1998;
- Política Nacional de Assistência Farmacêutica – PNAF (Resolução CNS Nº 338/2004)
- Atribuições Essenciais da Farmácia Hospitalar (Portaria MS 3.916/1998)
- RDC/Anvisa Nº 36/2013;
- RDC 67, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.
- RESOLUÇÃO Nº 354 20 DE SETEMBRO DE 2000;
- RESOLUÇÃO Nº 585 DE 29 DE AGOSTO DE 2013;
- RESOLUÇÃO Nº 338, DE 06 DE MAIO DE 2004;
- PORTARIA nº 1.377, de 9 de julho de 2013;
- PORTARIA Nº 2.095, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013;
- PORTARIA Nº 3.916, DE 30 DE OUTUBRO DE 1998;
- PORTARIA Nº 4.283, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010;
- PORTARIA Nº 529, DE 1º DE ABRIL DE 2013;
- LEI Nº 13.021, DE 8 DE AGOSTO DE 2014.

3. OBJETO:

3.1. **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE JANAÚBA/MG,** conforme descrição e quantidades a seguir:

| Item | Código CNBS | Descrição | UND | QTDE |
|------|-------------|---|--------|------|
| 1 | 439806 | AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 0,7 X 25 MM: AGULHA HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX TIPO 304, SILICONIZADA, CALIBRE DE 439806 0,70Mm E COMPRIMENTO DE 25MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR VIOLETA E PROTETOR DE PLÁSTICO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO BPF ITIDO ELA VISA. PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR PORTARIA N. 503, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011. SELO DE APROVAÇÃO DO INMETRO. REGISTRO MS. No LOTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. | caixa | 410 |
| 2 | 477432 | BOLSA DE COLOSTOMIA DESCARTÁVEL TRANSPARENTE: BOLSA PLÁSTICA DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE GARANTE RESISTÊNCIA E | pacote | 1000 |

| | | | | |
|---|--------|---|---------|----|
| | | VEDAÇÃO SEGURA CONTRA VAZAMENTOS. ABERTURA DE 30 MM. ADESIVO HIPOALERGÊNICO.NÃO ESTÉRIL. PACOTE COM 10 UNIDADES. | | |
| 3 | 301510 | CAL SODADA MOLECULAR - 4,3KG: CAL SODADA GALÃO 4,3KG (USO MÉDICO). | unidade | 12 |
| 4 | 423732 | CANULA TRAQUEOSTOMIA METAL 00: CANULA TRAQUEOSTOMIA METAL 00 CONFECCIONADA EM METAL CROMADO, SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO, JOGO COMPOSTO POR 03 PEÇAS SENDO: 01 MANDRIL COM PONTA ARREDONDADA; 01 CÂNULA EXTERNA COM IMPRESSÃO DO NÚMERO EM LOCAL VISÍVEL, ASAS PARA FIXAÇÃO COM CADARÇO OU FIXADOR E ACABAMENTO QUE NÃO CAUSE TRAUMATISMO TRAQUEAL; 01 CÂNULA INTERNA COM ENCAIXE E FIXAÇÃO ADEQUADOS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE. | unidade | 15 |
| 5 | 423732 | CANULA TRAQUEOSTOMIA METAL 01: CANULA TRAQUEOSTOMIA METAL 01 CONFECCIONADA EM METAL CROMADO, SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO, JOGO COMPOSTO POR 03 PEÇAS SENDO: 01 MANDRIL COM PONTA ARREDONDADA; 01 CÂNULA EXTERNA COM IMPRESSÃO DO NÚMERO EM LOCAL VISÍVEL, ASAS PARA FIXAÇÃO COM CADARÇO OU FIXADOR E ACABAMENTO QUE NÃO CAUSE TRAUMATISMO TRAQUEAL; 01 CÂNULA INTERNA COM ENCAIXE E FIXAÇÃO ADEQUADOS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE. | unidade | 15 |
| 6 | 423732 | CANULA TRAQUEOSTOMIA METAL 02: CANULA TRAQUEOSTOMIA METAL 02 CONFECCIONADA EM METAL CROMADO, SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO, JOGO COMPOSTO POR 03 PEÇAS SENDO: 01 MANDRIL COM PONTA ARREDONDADA; 01 CÂNULA EXTERNA COM IMPRESSÃO DO NÚMERO EM LOCAL VISÍVEL, ASAS PARA FIXAÇÃO COM CADARÇO OU FIXADOR E ACABAMENTO QUE NÃO CAUSE TRAUMATISMO TRAQUEAL; 01 CÂNULA INTERNA COM ENCAIXE E FIXAÇÃO ADEQUADOS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE. | unidade | 15 |
| 7 | 423732 | CANULA TRAQUEOSTOMIA METAL 03: CANULA TRAQUEOSTOMIA METAL 03 CONFECCIONADA EM METAL CROMADO, SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO, JOGO COMPOSTO POR 03 PEÇAS SENDO: 01 MANDRIL COM PONTA ARREDONDADA; 01 CÂNULA EXTERNA COM IMPRESSÃO DO NÚMERO EM LOCAL VISÍVEL, ASAS PARA FIXAÇÃO COM CADARÇO OU FIXADOR E ACABAMENTO QUE NÃO CAUSE TRAUMATISMO TRAQUEAL; 01 CÂNULA INTERNA COM ENCAIXE E FIXAÇÃO ADEQUADOS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE. | unidade | 15 |

| | | | | |
|----|--------|--|---------|------|
| 8 | 617194 | CAPA DE PROTEÇÃO DE MICROCÂMERA: CAPA PARA MICROCÂMERA 13 X 250 CM | unidade | 600 |
| 9 | 446251 | CARVÃO ATIVADO EM PÓ 250G: FRASCO CONTENDO 250 G DE PÓ DE CARVÃO ATIVADO. | frasco | 10 |
| 10 | 625223 | CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 14G: CATÉTER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, USO ÚNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONSTITUÍDO POR AGULHA SILICONIZADA, BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO; CÂNULA EM BIOMATERIAL POLIURETANO (VIALON), FLEXÍVEL, TRANSPARENTE (RADIOPACO); PROTETOR DE AGULHA/CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO EM CORES, CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL, PERMITINDO RÁPIDA VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO SANGUE; DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ACIONADO PELO PROFISSIONAL, PROTEÇÃO DE TODO COMPRIMENTO DA AGULHA. CBPF EMITIDO PELA ANVISA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERA DISPOR DE PROFISSIONAL TÉCNICO QUE POSSA MINISTRAR TREINAMENTO, CONFORME DETERMINAÇÃO DA PORTARIA N.º 1.748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011. CALIBRE: 14 G. SÓ ACEITAMOS AS MARCAS: SEVEN CARE, BD E BBRAUN. | unidade | 600 |
| 11 | 460347 | CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 16G: CATÉTER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, USO ÚNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONSTITUÍDO POR AGULHA SILICONIZADA, BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO; CÂNULA EM BIOMATERIAL POLIURETANO (VIALON), FLEXÍVEL, TRANSPARENTE (RADIOPACO); PROTETOR DE AGULHA/CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO EM CORES, CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL, PERMITINDO RÁPIDA VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO SANGUE; DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ACIONADO PELO PROFISSIONAL, PROTEÇÃO DE TODO COMPRIMENTO DA AGULHA. CBPF EMITIDO PELA ANVISA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERA DISPOR DE PROFISSIONAL TÉCNICO QUE POSSA MINISTRAR TREINAMENTO, CONFORME DETERMINAÇÃO DA PORTARIA N.º 1.748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011. CALIBRE: 16 G. SÓ ACEITAMOS AS MARCAS: SEVEN CARE, BD E BBRAUN. | unidade | 600 |
| 12 | 625222 | CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 18G: CATÉTER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, USO ÚNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONSTITUÍDO POR AGULHA SILICONIZADA, BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO; CÂNULA EM BIOMATERIAL POLIURETANO (VIALON), FLEXÍVEL, TRANSPARENTE (RADIOPACO); PROTETOR DE AGULHA/CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO EM CORES, CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL, PERMITINDO RÁPIDA VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO SANGUE; DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ACIONADO PELO PROFISSIONAL, PROTEÇÃO DE TODO COMPRIMENTO DA AGULHA. CBPF EMITIDO PELA ANVISA. A EMPRESA | unidade | 1800 |

| | | | | |
|----|--------|---|---------|-------|
| | | VENCEDORA DEVERA DISPOR DE PROFISSIONAL TÉCNICO QUE POSSA MINISTRAR TREINAMENTO, CONFORME DETERMINAÇÃO DA PORTARIA N.º 1.748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011. CALIBRE: 18 G. SÓ ACEITAMOS AS MARCAS: SEVEN CARE, BD E BBRAUN. | | |
| 13 | 625221 | CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 20G: CATÉTER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, USO ÚNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONSTITUÍDO POR AGULHA SILICONIZADA, BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO; CÂNULA EM BIOMATERIAL POLIURETANO (VIALON), FLEXÍVEL, TRANSPARENTE (RADIOPACO); PROTETOR DE AGULHA/CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO EM CORES, CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL, PERMITINDO RÁPIDA VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO SANGUE; DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ACIONADO PELO PROFISSIONAL, PROTEÇÃO DE TODO COMPRIMENTO DA AGULHA. CBPF EMITIDO PELA ANVISA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERA DISPOR DE PROFISSIONAL TÉCNICO QUE POSSA MINISTRAR TREINAMENTO, CONFORME DETERMINAÇÃO DA PORTARIA N.º 1.748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011. CALIBRE: 20 G. SÓ ACEITAMOS AS MARCAS: SEVEN CARE, BD E BBRAUN. | unidade | 20000 |
| 14 | 438244 | CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 22 G: CATÉTER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, USO ÚNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONSTITUÍDO POR AGULHA SILICONIZADA, BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO; CÂNULA EM BIOMATERIAL POLIURETANO (VIALON), FLEXÍVEL, TRANSPARENTE (RADIOPACO); PROTETOR DE AGULHA/CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO EM CORES, CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL, PERMITINDO RÁPIDA VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO SANGUE; DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ACIONADO PELO PROFISSIONAL, PROTEÇÃO DE TODO COMPRIMENTO DA AGULHA. CBPF EMITIDO PELA ANVISA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERA DISPOR DE PROFISSIONAL TÉCNICO QUE POSSA MINISTRAR TREINAMENTO, CONFORME DETERMINAÇÃO DA PORTARIA N.º 1.748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011. CALIBRE: 22 G. SÓ ACEITAMOS AS MARCAS: SEVEN CARE, BD E BBRAUN. | unidade | 27800 |
| 15 | 438243 | CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 24G: CATÉTER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, USO ÚNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONSTITUÍDO POR AGULHA SILICONIZADA, BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO; CÂNULA EM BIOMATERIAL POLIURETANO (VIALON), FLEXÍVEL, TRANSPARENTE (RADIOPACO); PROTETOR DE AGULHA/CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO EM CORES, CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL, PERMITINDO RÁPIDA VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO SANGUE; DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ACIONADO PELO PROFISSIONAL, | unidade | 12500 |

| | | | | |
|----|--------|---|---------|------|
| | | PROTEÇÃO DE TODO COMPRIMENTO DA AGULHA. CBPF EMITIDO PELA ANVISA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERA DISPOR DE PROFISSIONAL TÉCNICO QUE POSSA MINISTRAR TREINAMENTO, CONFORME DETERMINAÇÃO DA PORTARIA N.º 1.748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011. CALIBRE: 24 G. SÓ ACEITAMOS AS MARCAS: SEVEN CARE, BD E BBRAUN. | | |
| 16 | | CLIPES PARA FECHAMENTOS DE BOLSAS DE COLOSTOMIA: BOLSA DE COLOSTOMIA DESCARTÁVEL TRANSPARENTE PACOTE COM 100 UNIDADES. | pacote | 500 |
| 17 | 623070 | COMPRESSA NEURO CIRURGICA 13 X 76 MM: FABRICADAS EM FIBRA DE RAYON DE EXTREMA PUREZA, POR PROCESSO ESPECIAL DE ENTRELACAMENTO; FIXADO AO TECIDO, PRESO EM SUPORTE DE PAPEL CARTÃO, CONTENDO 10 UNIDADES. EMBALADOS EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E EM CAIXA DE PAPEL CARTÃO. ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO (ETO). | pacote | 80 |
| 18 | - | CONECTOR VALVULADO PARA CONEXÃO SEM AGULHA: ESTÉRIL, USO ÚNICO, INDICADA PARA VEDAR CONECTORES DE EQUIPO DE INFUSÃO, EQUIPOS MULTÍVIAS, SERINGAS, CATÉTERES E DEMAIS PRODUTOS LUER LOCK. | unidade | 2500 |
| 19 | 411866 | CONJUNTO DE LINHA VENOSA X ARTERIAL: PRODUTO ESTÉRIL E ISENTO DE PIROGÊNIO. ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO. CONTÉM: 1 LINHA DE SANGUE ARTERIAL COM CÂMARA DE GOTEJAMENTO (CATABOLHA) COM FILTRO DE SEGURANÇA. 1 LINHA DE SANGUE VENOSA COM CÂMARA DE GOTEJAMENTO (CATABOLHA) COM FILTRO DE SEGURANÇA. 2 CONECTORES ISOLADORES DE PRESSÃO. 1 EQUIPO DE SORO. 1 RECIRCULADOR. TRAVAS TIPO CLAMP. | unidade | 1000 |
| 20 | 483370 | CURATIVO FIXACAO INTRAVENOSO 6CM X 7CM. O CURATIVO TRANSPARENTE FIXADOR DE CATETER É UM PRODUTO DESENVOLVIDO PARA FIXAR E PROTEGER CATETERES EM LOCAIS DE INSERÇÃO, PROPORCIONANDO UM AMBIENTE SEGURO E LIVRE DE CONTAMINAÇÃO. COM SUA TRANSPARÊNCIA, PERMITE A VISUALIZAÇÃO DO LOCAL DE INSERÇÃO E DO CATETER, FACILITANDO A MONITORIZAÇÃO. DIMENSÃO 6 CM X 7 CM. PRODUTO DE USO ÚNICO. ESTÉRIL. | unidade | 2500 |
| 21 | 484837 | CURATIVO HIDROCOLOIDE 15X15: PLACA DE HIDROCOLOIDE 15 CM X 15 CM. EMBALADO INDIVIDUALMENTE, ESTÉRIL, PRODUTO DE USO ÚNICO. POSSUI EM SUA COMPOSIÇÃO CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA E PELICULA PROTETORA DE POLIURETANO. INDICADO PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTOS DE ÚLCERAS EM DIVERSOS LOCAIS, QUEIMADURA PEQUENAS E SUPERFICIAIS, CURATIVOS PÓS-OPERATÓRIO. | unidade | 1000 |

| | | | | |
|----|--------|--|---------|------|
| 22 | 464738 | DRENO DE PENROSE ESTÉRIL Nº 1: DRENO DE PENROSE ESTÉRIL Nº 1, FABRICADO EM LÁTEX NATURAL. COR NATURAL. SEM GAZE, LATEX NATURAL, FLEXÍVEL, FORMATO TUBULAR UNIFORME EM TODA A EXTENSÃO, PAREDES FINAS E MALEÁVEIS. ESTÉRIL. EMBALADO EM PAPEL CIRÚRGICO. | unidade | 50 |
| 23 | 464738 | DRENO DE PENROSE ESTÉRIL Nº 2: DRENO DE PENROSE ESTÉRIL Nº 2, FABRICADO EM LÁTEX NATURAL. COR NATURAL. SEM GAZE, LATEX NATURAL, FLEXÍVEL, FORMATO TUBULAR UNIFORME EM TODA A EXTENSÃO, PAREDES FINAS E MALEÁVEIS. ESTÉRIL. EMBALADO EM PAPEL CIRÚRGICO. | unidade | 350 |
| 24 | 43851 | DRENO EM T – HASTE DE 30 CM ESTERILIZADO – 14: DRENO EM T, COM HASTE DE 30 CM, ESTERILIZADO Nº 14. FABRICADO EM LÁTEX NATURAL, PONTAS ATRAUMÁTICAS, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ESTERILIZADO A GÁS ÓXIDO DE ETILENO. | unidade | 30 |
| 25 | 438515 | DRENO EM T – HASTE DE 30 CM ESTERILIZADO – 16: DRENO EM T, COM HASTE DE 30 CM, ESTERILIZADO Nº 16. FABRICADO EM LÁTEX NATURAL, PONTAS ATRAUMÁTICAS, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ESTERILIZADO A GÁS ÓXIDO DE ETILENO. | unidade | 30 |
| 26 | 610180 | EQUIPO HEMOTRANSFUSÃO: EQUIPO PARA INFUSÃO DE SANGUE E HEMODERIVADOS COM CÂMARA DUPLA FLEXÍVEL, A PRIMEIRA DOTADA DE FILTRO E A SEGUNDA PARA VISUALIZAÇÃO E CONTROLE DE GOTEJAMENTO, CONTENDO: FILTRO PARA HEMODERIVADOS, CONEXÃO: LUER SLIP OU LUER LOCK REVERSÍVEL PARA DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO PINÇA ROLETE COM EXCELENTE CONTROLE E MANUTENÇÃO DE GOTEJAMENTO, EXTENSÃO EM PVC, PERFURADOR PARA CONEXÃO COM BOLSAS DE SANGUE E FILTRO DE AR DISTAL BACTERIOLÓGICO PARA PREENCHIMENTO EM SISTEMA FECHADO (0,22 MICRA). | unidade | 2500 |
| 27 | 614379 | ESPONJA HEMOSTÁTICA ABSORVÍVEL: ESPONJA HEMOSTÁTICA DE GELATINA LIOFILIZADA. TEM AÇÃO HEMOSTÁTICA, CICATRIZANTE E É COMPLETAMENTE ABSORVÍVEL PELO ORGANISMO EM UM PERÍODO DE APROXIMADAMENTE 15 DIAS. HEMOSPON É ATÓXICO E APIROGÊNICO. APRESENTA-SE PRONTO PARA USO. TAMANHO APROXIMADO 125X80X10MM. | unidade | 300 |
| 28 | 620778 | EXTENSOR 120 CM FOTOSSENSÍVEL: EXTENSOR FOTOSSENSÍVEL LOCK/SLIP. ESTÉRIL. TUBO ÂMBAR. DESCARTÁVEL DE USO ÚNICO. COM TAMANHO E DIÂMETRO QUE SUPRA A NECESSIDADE DE UM ADULTO. | unidade | 500 |
| 29 | - | EXTENSOR DE ARTROSCOPIA (EQUIPO FECHADO 4 VIAS): PONTA PERFURANTE, CONFECCIONADA CONFORME DIMENSÕES DESCRITAS NA NBR ISO 14041/96, ADAPTÁVEL EM BOLSA E FRASCOS DE | UNIDADE | 200 |

| | | | | |
|----|--------|---|---------|-----|
| | | SOLUÇÕES, MATERIAL EM PVC (POLICLORETO DE VINILA); PROTETOR DA PONTA PERFURANTE (TAMPA) CONFECCIONADO EM MATERIAL PEBD (POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE); CORTA FLUXO TIPO PRESILHA, CONFECCIONADO EM MATERIAL PVC (POLICLORETO DE VINILA);TUBO CONFECCIONADO EM MATERIAL PVC (POLICLORETO DE VINILA); DERIVAÇÃO EM “Y”, CONFECCIONADO EM MATERIAL PVC (POLICLORETO DE VINILA); CONETOR ANELADO, CONFECCIONADO EM MATERIAL PVC (POLICLORETO DE VINILA). | | |
| 30 | 458080 | EXTENSOR VALVULADO BAIXA PRESSÃO: O EXTENSOR VALVULADO 1 VIA 20 CM BAIXA PRESSÃO 300 PSI É UMA EXTENSÃO CONSTITUÍDA DE TUBO FLEXÍVEL LISO EM PVC POSSUINDO EM UMA EXTREMIDADE, VÁLVULA ANTIRREFLUXO E NA OUTRA, CONECTOR LUER LOCK MACHO, AMBAS COM PROTETORES (TAMPAS VENTILADAS), PERMITINDO CONEXÕES EM PROCEDIMENTOS E EXAMES DE DIAGNÓSTICOS OU DE TERAPIA INTENSIVA (RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA). PRODUTO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO - ETO. USO ÚNICO. INDICAÇÃO E FINALIDADE DE USO: É INDICADO COMO EXTENSÃO OU PROLONGAMENTO PARA CONDUZIR LÍQUIDOS E MEIOS DE CONTRASTE SOBRE PRESSÃO A SEREM INJETADOS POR INTERMÉDIO DE VIAS DE ACESSO EM PACIENTES, ATRAVÉS DE CONEXÕES A SEREM AFIXADAS EM ACESSÓRIOS, BOMBAS INJETORAS E EQUIPAMENTOS ADOTADOS PELOS SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICOS OU DE TERAPIA INTENSIVA. | unidade | 500 |
| 31 | 479622 | FILTRO HEPA: FILTRO BARREIRA TOTAL A BACTÉRIAS E A VÍRUS COM EFICIÊNCIA MAIOR QUE 99,999%, BIDIRECIONAL, AUTO UMIDIFICADOR, TROCADOR DE CALOR E UMIDADE, COM MEMBRANA ÚNICA TOTALMENTE HIDROFÓBICA QUE IMPEDE A PASSAGENS DE LÍQUIDOS AO CIRCUITO, SEM TRATAMENTO COM SAIS HIGROSCÓPICOS OU CARGAS ELETROSTÁTICAS, VALIDADO MICROBIOLOGICAMENTE PARA GASES, AEROSSÓIS E SECREÇÕES COM BACTÉRIAS E/OU VÍRUS E OUTROS PATÓGENOS, RETÉM E FILTRA PARTÍCULAS DE LÁTEX, PARA USO EM CIRCUITO RESPIRATÓRIO. POSSUI BORDAS ARREDONDADAS SEM CANTOS VIVOS, VALIDADO PARA USO COM NEBULIZAÇÕES, VALIDADO PARA USO ATÉ 48HS COMPROVADO CIENTIFICAMENTE, E TOMADA PARA CAPNÓGRAFO PROTEGIDA DA UMIDADE E SECREÇÕES DO PACIENTE. CONTÉM TUBO EXTENSOR CORRUGADO FLEXÍVEL, DE 145 MM, COM MEMÓRIA E COM CONEXÃO UNIVERSAL. O TUBO CORRUGADO É ACOMPANHADO DE UMA TAMPA, A QUAL É UTILIZADA COMO DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO NO DESCARTE DE MATERIAL CONTAMINADO. VOLUME INTERNO DE 85ML. | unidade | 50 |

| | | | | |
|----|--------|---|---------|------|
| 32 | 481528 | FIXADOR DE TUBO: COMPOSTO POR DUAS BANDAS – SUPERIOR (72CM) E INFERIOR (68CM DE COMPRIMENTO), EM TECIDO DE ALGODÃO ATÓXICO, HIPOALÉRGICO, ACOLCHOADO E ANTIESCARAS E POSSUI SISTEMA DE VELCRO PARA FECHAMENTO EM TORNO DA CABEÇA E PARA –FIXAÇÃO AO TUBO ENDOTRAQUEAL, O QUE DIMINUI O RISCO DE EXTUBAÇÃO ACIDENTAL. | unidade | 2300 |
| 33 | -- | FIXADOR PARA CANULA DE TRAQUEOSTOMIA: INDICADO PARA FIXAÇÃO/ESTABILIZAÇÃO DE CANULA DE TRAQUESOSTOMIA METÁLICA OU PLÁSTICA. TAMANHO: ADULTO. USO ÚNICO E INDIVIDUAL. NÃO ESTÉRIL. MATERIAL MACIO E ANTIALÉRGICO. | unidade | 200 |
| 34 | 616018 | FRALDA GERIÁTRICA G: FRALDA GERIÁTRICA G. PACOTE COM 8 UNIDADES. | pacote | 8000 |
| 35 | 616019 | FRALDA GERIÁTRICA XG: FRALDA GERIÁTRICA G. PACOTE COM 8 UNIDADES. | pacote | 8000 |
| 36 | 619155 | FRASCO COLETOR UNIVERSAL: FRASCO COLETOR UNIVERSAL (FEZES/URINA). FRASCO (POTE) GRADUADO 80 ML. SISTEMA DE VEDAÇÃO TIPO ROSCA. ABERTURA LARGA. | frasco | 1500 |
| 37 | 445579 | GARROTE LATEX: UTILIZADO NO PROCEDIMENTO DE COLETA DE SANGUE, AUXILIANDO NA LOCALIZAÇÃO DAS VEIAS, CONFECCIONADO EM LÁTEX E POLIESTIRENO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 CM. | unidade | 150 |
| 38 | 475840 | GEL PARA ELETRODO: PRODUTO ATÓXICO, INODORO, PH NEUTRO, HIDROSSOLÚVEL E FACILMENTE REMOVÍVEL, POSSUI CONSISTÊNCIA FIRME, NÃO ESCORRE E NÃO GRUDA. UTILIZADOS EM EXAMES DE ELETROCARDIOGRAMA PARA CONDUZIR IMPULSOS ELÉTRICOS. FRASCO COM 100G. | unidade | 250 |
| 39 | - | KIT PIA: KIT DE PRESSÃO INVASIVA DE ALTA DURABILIDADE. OS KITS TRANSDUTORES DE PRESSÃO EDWARDS PARA MONITORIZAÇÃO DA PRESSÃO ARTERIAL SÃO ESTÉREIS E DE USO ÚNICO. OS KITS EDWARDS PODEM SER USADOS COM O SISTEMA VAMP (PROTEÇÃO DA MANIPULAÇÃO DE SANGUE VENOSO ARTERIAL), VISANDO A COLETA DE SANGUE FECHADA E SEM AGULHA. É PROJETADO PARA QUE O FLUIDO PASSE DIRETAMENTE PELO SENSOR DE PRESSÃO SEM DISTORÇÃO NA FORMA DA ONDA FIOS RECOBERTOS DE OURO PARA TRANSFERÊNCIA DE SINAL DE ALTA FIDELIDADE DISPONÍVEL COM O DISPOSITIVO DE LAVAGEM SNAP-TAP, PROJETADO PARA FACILITAR O PREENCHIMENTO DO SISTEMA E TESTAR A ONDA QUADRADA. DEVE SER COMPATÍVEL COM O KIT PIA EDWARD. | kit | 30 |
| 40 | 628522 | MALHA TUBULAR 10 CM: MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA; EM HELANCA, E FIOS DE NYLON BINADOS; COM ELASTICIDADE ADEQUADA, SEM DEFEITOS. MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA 10CMX25M - 100% ALGODÃO. | unidade | 200 |

| | | | | |
|----|--------|--|---------|-----|
| 41 | 628514 | MALHA TUBULAR 12 CM: MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA; EM HELANCA, E FIOS DE NYLON BINADOS; COM ELASTICIDADE ADEQUADA, SEM DEFEITOS. MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA 12CMX25M - 100% ALGODÃO. | unidade | 300 |
| 42 | 451478 | MASCARA LARINGEA Nº 01: MATERIAL: SILICONE. USO: REUTILIZÁVEL, COM ATÉ 40 CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. VEDAÇÃO: FORMADA NA HIPOFARINGE, GARANTINDO VEDAÇÃO DA LARINGE PARA VENTILAÇÃO. DESIGN: BORDA REFORÇADA, FORMATO ANATÔMICO, TUBO RESISTENTE A ACOTOVELAMENTO. BALÃO PILOTO: COM INDICAÇÃO TÁTIL DO GRAU DE INSUFLAÇÃO DO CUFF. INDICAÇÕES: TAMANHO, PESO DO PACIENTE E VOLUME MÁXIMO DE INSUFLAÇÃO IMPRESSO NO TUBO. ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVE DE VAPOR. LIVRE DE LÁTEX. TAMANHO: 01. | unidade | 20 |
| 43 | 451478 | MASCARA LARINGEA Nº 1,5: MATERIAL: SILICONE. USO: REUTILIZÁVEL, COM ATÉ 40 CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. VEDAÇÃO: FORMADA NA HIPOFARINGE, GARANTINDO VEDAÇÃO DA LARINGE PARA VENTILAÇÃO. DESIGN: BORDA REFORÇADA, FORMATO ANATÔMICO, TUBO RESISTENTE A ACOTOVELAMENTO. BALÃO PILOTO: COM INDICAÇÃO TÁTIL DO GRAU DE INSUFLAÇÃO DO CUFF. INDICAÇÕES: TAMANHO, PESO DO PACIENTE E VOLUME MÁXIMO DE INSUFLAÇÃO IMPRESSO NO TUBO. ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVE DE VAPOR. LIVRE DE LÁTEX. TAMANHO: 1,5. | unidade | 20 |
| 44 | 451472 | MASCARA LARINGEA Nº 02: MATERIAL: SILICONE. USO: REUTILIZÁVEL, COM ATÉ 40 CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. VEDAÇÃO: FORMADA NA HIPOFARINGE, GARANTINDO VEDAÇÃO DA LARINGE PARA VENTILAÇÃO. DESIGN: BORDA REFORÇADA, FORMATO ANATÔMICO, TUBO RESISTENTE A ACOTOVELAMENTO. BALÃO PILOTO: COM INDICAÇÃO TÁTIL DO GRAU DE INSUFLAÇÃO DO CUFF. INDICAÇÕES: TAMANHO, PESO DO PACIENTE E VOLUME MÁXIMO DE INSUFLAÇÃO IMPRESSO NO TUBO. ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVE DE VAPOR. LIVRE DE LÁTEX. TAMANHO: 02. | unidade | 20 |
| 45 | 451472 | MASCARA LARINGEA Nº 2,5: MATERIAL: SILICONE. USO: REUTILIZÁVEL, COM ATÉ 40 CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. VEDAÇÃO: FORMADA NA HIPOFARINGE, GARANTINDO VEDAÇÃO DA LARINGE PARA VENTILAÇÃO. DESIGN: BORDA REFORÇADA, FORMATO ANATÔMICO, TUBO RESISTENTE A ACOTOVELAMENTO. BALÃO PILOTO: COM INDICAÇÃO TÁTIL DO GRAU DE INSUFLAÇÃO DO CUFF. INDICAÇÕES: TAMANHO, PESO DO PACIENTE E VOLUME MÁXIMO DE INSUFLAÇÃO IMPRESSO NO TUBO. ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVE DE VAPOR. LIVRE DE LÁTEX. TAMANHO: 2,5. | unidade | 20 |
| 46 | 451473 | MASCARA LARINGEA Nº 03: MATERIAL: SILICONE. USO: REUTILIZÁVEL, COM ATÉ 40 CICLOS DE | unidade | 25 |

| | | | | |
|----|--------|---|---------|----|
| | | ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. VEDAÇÃO: FORMADA NA HIPOFARINGE, GARANTINDO VEDAÇÃO DA LARINGE PARA VENTILAÇÃO. DESIGN: BORDA REFORÇADA, FORMATO ANATÔMICO, TUBO RESISTENTE A ACOTOVELAMENTO. BALÃO PILOTO: COM INDICAÇÃO TÁTIL DO GRAU DE INSUFLAÇÃO DO CUFF. INDICAÇÕES: TAMANHO, PESO DO PACIENTE E VOLUME MÁXIMO DE INSUFLAÇÃO IMPRESSO NO TUBO. ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVE DE VAPOR. LIVRE DE LÁTEX. TAMANHO: 03. | | |
| 47 | 451474 | MASCARA LARINGEA Nº 04: MATERIAL: SILICONE. USO: REUTILIZÁVEL, COM ATÉ 40 CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. VEDAÇÃO: FORMADA NA HIPOFARINGE, GARANTINDO VEDAÇÃO DA LARINGE PARA VENTILAÇÃO. DESIGN: BORDA REFORÇADA, FORMATO ANATÔMICO, TUBO RESISTENTE A ACOTOVELAMENTO. BALÃO PILOTO: COM INDICAÇÃO TÁTIL DO GRAU DE INSUFLAÇÃO DO CUFF. INDICAÇÕES: TAMANHO, PESO DO PACIENTE E VOLUME MÁXIMO DE INSUFLAÇÃO IMPRESSO NO TUBO. ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVE DE VAPOR. LIVRE DE LÁTEX. TAMANHO: 04. | unidade | 25 |
| 48 | 451480 | MASCARA LARINGEA Nº 5: MATERIAL: SILICONE. USO: REUTILIZÁVEL, COM ATÉ 40 CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. VEDAÇÃO: FORMADA NA HIPOFARINGE, GARANTINDO VEDAÇÃO DA LARINGE PARA VENTILAÇÃO. DESIGN: BORDA REFORÇADA, FORMATO ANATÔMICO, TUBO RESISTENTE A ACOTOVELAMENTO. BALÃO PILOTO: COM INDICAÇÃO TÁTIL DO GRAU DE INSUFLAÇÃO DO CUFF. INDICAÇÕES: TAMANHO, PESO DO PACIENTE E VOLUME MÁXIMO DE INSUFLAÇÃO IMPRESSO NO TUBO. ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVE DE VAPOR. LIVRE DE LÁTEX. TAMANHO: 05. | unidade | 20 |
| 49 | - | POLIGLECAPRONE 4,0 - 3/8 - 1,9CM C/ AGULHA: O POLIGLECAPRONE 25 É UM FIO DE SUTURA CIRÚRGICA SINTÉTICO, ABSORVÍVEL E MONOFILAMENTAR, COMPOSTO POR UM COPOLÍMERO DE GLICOLIDA E E-CAPROLACTONA, CONHECIDO PELA SUA BOA SEGURANÇA DE NÓ E BAIXA REAÇÃO INFLAMATÓRIA. CAIXA COM 12. | caixa | 10 |
| 50 | | POLIPROPILENO 1- 1/2 - 4.0CM - C/ AGULHA: FIO DE SUTURA TIPO SINTÉTICA, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL E COMPOSTA POR POLÍMERO CRISTALINO ISOSTÁTICO DE POLIPROPILENO, UM POLIOLEFÍNICO SINTÉTICO LINEAR. A SUTURA DEVE SER APRESENTADA TINGIDA DE AZUL, A FIM DE FACILITAR A VISUALIZAÇÃO. A AGULHA CIRÚRGICA DEVERÁ SER COMPOSTA POR AÇO INOXIDÁVEL DA SÉRIE “AISI 420”. O PRODUTO DEVE ATENDER ÀS ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS PELA NORMA ABNT NBR 13904 – FIOS PARA SUTURA CIRÚRGICA, FARMACOPEIA BRASILEIRA E PELA FARMACOPEIA AMERICANA (USP) PARA SUTURAS CIRÚRGICAS NÃO ABSORVÍVEIS. POLIPROPILENO Nº 1- | caixa | 20 |

| | | | | |
|----|--------|--|---------|-------|
| | | MEDINDO 75CM, 1/2, 4,0CM - CX COM 24 UNIDADES. | | |
| 51 | - | SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA PARA FLUIDOS ESTÉREIS QUE CONSISTE DE DUAS PONTAS PERFURANTES (EXTREMIDADES LANCETADAS) COM UM MEATO INTERNO COMUNICANTE ENTRE ELAS, UTILIZADO PARA RECONSTITUIÇÃO DE DROGAS LIOFILIZADAS E PRODUTOS INJETÁVEIS QUE NECESSITEM SER ADICIONADOS E MISTURADOS EM FLUIDOS ESTÉREIS. | unidade | 250 |
| 52 | 624482 | TUBO DE VENTILAÇÃO DE TEFLON: TUBO DE VETILAÇÃO CONFECCIONADA EM TEFLON NA COR BRANCA. COM ALTA RESISTENCIA, APIROGÊNICO. POSSUI FORMATO DE CARRETEL VAZADO COM FLANGES LATERAIS DE IGUAL TAMANHO PARA FIXAÇÃO NA MEMBRANA DO TÍMPANO. PRODUTO DE USO ÚNICO. ESTÉRIL. | unidade | 30 |
| 53 | 451430 | TUBO ENDOTRAQUEAL C/B 5.5: TUBO ENDOTRAQUEAL COM DIÂMETRO INTERNO DE 5,5 MM, COM BALÃO, FEITO DE MATERIAL PLÁSTICO UTILIZADO PARA ENTUBAÇÃO ENDOTRAQUEAL; MARCADORES DE GRADUAÇÃO EM CENTÍMETROS; EMBALAGEM INDIVIDUAL TIPO BLISTER, DE FÁCIL ABERTURA EM PAPEL GRAU CIRÚGICO; COM BALÃO; FABRICADO EM POLIPROPILENO, VÁLVULA ABS COM MOLA INOXIDÁVEL. | unidade | 100 |
| 54 | 627881 | CONDICIONADOR 30ML: CONDICIONADOR EM SACHÊ DE 30ML | sachê | 2000 |
| 55 | 295423 | CREME DENTAL 3G: CREME DENTAL EM SACHÊ DE 3G | sachê | 5000 |
| 56 | 627851 | DESODORANTE AEROSOL 150ML: DESODORANTE EM AEROSOL 150 ML. | unidade | 1000 |
| 57 | 478492 | LOÇÃO 35ML: LOÇÃO HIDRATANTE, FRASCO 35ML. | frasco | 6000 |
| 58 | 627845 | SHAMPOO SACHÊ 30 ML: SHAMPOO EM SACHÊ DE 30ML | sachê | 11000 |
| 59 | - | ATADURA GESSADA 06CM: CONFECCIONADO COM TECIDO DE GAZE 100% ALGODÃO, ISENTO DE CORANTE CORRETIVO E ALVEJANTE ÓPTICO, IMPREGNADO UNIFORMEMENTE COM MASSA VISCOSA, COMPOSTA DE GESSO HEMI- HIDRATADO COM SULFATO DE CÁLCIO, DERIVADOS DE CELULOSE E LIGANTES A BASE DE POLIMENTOS DE VINHA. 06CM X 2 METROS. | unidade | 50 |
| 60 | - | ATADURA GESSADA 08CM: CONFECCIONADO COM TECIDO DE GAZE 100% ALGODÃO, ISENTO DE CORANTE CORRETIVO E ALVEJANTE ÓPTICO, IMPREGNADO UNIFORMEMENTE COM MASSA VISCOSA, COMPOSTA DE GESSO HEMI- HIDRATADO COM SULFATO DE CÁLCIO, DERIVADOS DE CELULOSE E LIGANTES A BASE DE POLIMENTOS DE VINHA. 08CM X 2 METROS. | unidade | 300 |
| 61 | - | EMBALAGEM SMS 40X40CM - PESADO: PRODUTO NÃO ESTÉRIL. PESADO (50G). COMPATÍVEL E RESISTENTE AS CONDIÇÕES FÍSICAS DE ESTERILIZAÇÃO. PERMITE | pacote | 700 |

| | | | | |
|----|----------------------|--|---------|-------|
| | | PENETRAÇÃO E REMOÇÃO DO AGENTE ESTERILIZANTE. NÃO GERA PARTÍCULAS. SEGURO E ATÓXICO, REPELÊNCIA A LÍQUIDOS. PACOTE COM 50 UNIDADES. | | |
| 62 | - | EMBALAGEM SMS 80X80CM - PESADO: PRODUTO NÃO ESTÉRIL. PESADO (50G). COMPATÍVEL E RESISTENTE AS CONDIÇÕES FÍSICAS DE ESTERILIZAÇÃO. PERMITE PENETRAÇÃO E REMOÇÃO DO AGENTE ESTERILIZANTE. NÃO GERA PARTÍCULAS. SEGURO E ATÓXICO, REPELÊNCIA A LÍQUIDOS. PACOTE COM 50 UNIDADES. | pacote | 650 |
| 63 | - | EMBALAGEM SMS 120X120CM - PESADO: PRODUTO NÃO ESTÉRIL. PESADO (50G). COMPATÍVEL E RESISTENTE AS CONDIÇÕES FÍSICAS DE ESTERILIZAÇÃO. PERMITE PENETRAÇÃO E REMOÇÃO DO AGENTE ESTERILIZANTE. NÃO GERA PARTÍCULAS. SEGURO E ATÓXICO, REPELÊNCIA A LÍQUIDOS. PACOTE COM 50 UNIDADES. | pacote | 500 |
| 64 | - | LAMINA DESCARTÁVEL PARA TRICOTOMIZADOR CIRURGICO: INDICADA PARA A TONSURA DE TODOS OS TIPOS DE PELOS FINOS OU ESPessos, SECOS OU MOLHADOS. POSSUI LÂMINA DE CORTE SOBRE A LÂMINA ESTACIONÁRIA, À DISTÂNCIA DA PELE, MINIMIZANDO O RISCO DE FERIMENTOS OU CORTES. REALIZA O CORTE NOS DOIS SENTIDOS DE MOVIMENTO, PROPORCIONANDO UMA TRICOTOMIA EFICIENTE. POSSUI ALTURA DE 4,50CM, LARGURA DE 3,00CM PROFUNDIDADE DE 1,00CM, PESO LÍQUIDO DE 0,012 KG, ALTURA DA EMBALAGEM DE 7,00 EM PROFUNDIDADE DA EMBALAGEM DE 1,00CM. | unidade | 1000 |
| 65 | 604964 Aproximado | AVENTAL TNT DESCARTÁVEL MANGA LONGA 40G: INTEIRAMENTE CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO DO TIPO AGULHADO, POR PROCESSO DE COSTURA OVERLOQUE. HIPOALERGÊNICO; FECHAMENTO COM TIRAS; COR: BRANCA. 40G. NÃO ACEITAMOS A MARCA INFINTI. | unidade | 10000 |
| 66 | 610251 | EQUIPO UNIVERSAL PARA NUTRIÇÃO ENTERAL EM SISTEMA FECHADO: ESTÉRIL, DE USO ÚNICO, ATÓXICO, DESCARTÁVEL E LIVRE DE LÁTEX. DEVE APRESENTAR NO MÍNIMO 2,0 M DE COMPRIMENTO, CONEXÃO PROXIMAL UNIVERSAL EM FORMATO DE PONTA CRUZ, COM TAMPA PROTETORA PARA EVITAR CONTAMINAÇÃO DURANTE O MANUSEIO E COMPATÍVEL COM FRASCOS DE SISTEMA FECHADO. O EQUIPO DEVE POSSUIR CÂMARA DE GOTEJAMENTO FLEXÍVEL E TRANSPARENTE, QUE PERMITA A VISUALIZAÇÃO ADEQUADA DO FLUXO, ALÉM DE PINÇA CORTA-FLUXO E PINÇA ROLETE PARA REGULAGEM DA VAZÃO. A CONEXÃO DISTAL DEVE SER PADRÃO UNIVERSAL, PERMITINDO ENCAIXE SEGURO AO EQUIPO DE ADMINISTRAÇÃO ENTERAL. O PRODUTO DEVE SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, DEVIDAMENTE IDENTIFICADA COM NÚMERO DE LOTE, DATA DE | unidade | 7.000 |

| | | | | |
|----|--------|---|-----------|-------|
| | | FABRICAÇÃO E VALIDADE, E POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. | | |
| 67 | - | ABSORVENTE: INTÍMO INTERNO, TAMANHO M, CAIXA COM 16 UNIDADES. | CAIXA | 50 |
| 68 | 431260 | ESPONJA HEMOSTÁTICA COLÁGENO: PRODUTO COM 100% DE COLÁGENO PORCINO LIOFILIZADO; ABSORVE 40 A 50 VEZES SEU PRÓPRIO PESO EM SANGUE TOTAL; ESTABILIZA O COÁGULO NO ALVÉOLO; POSSIBILITA ÓTIMA VISUALIZAÇÃO DO CAMPO CIRÚRGICO. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES - 1,0 X 1,0 X 1,0 CM. ATÓXICO E APIROGÊNICO, APRESENTA-SE PRONTO PARA USO, EMBALADO EM BLÍSTERES INDIVIDUAIS. APRESENTADO ESTÉRIL, SENDO A ESTERILIZAÇÃO FEITA POR RADIAÇÃO GAMA. | embalagem | 250 |
| 69 | 623732 | SERINGA 1ML COM AGULHA : SERINGA DESCARTAVEL 1ML COM AGULHA 13 X 0,45MM 26G 1/2, SEM ESPAÇO MORTO E COM CAPACIDADE PARA ATÉ 100 UNIDADES DE INSULINA. EM AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADA. CBPF EMITIDO PELA ANVISA. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER A NBR ISO 8537 DE 03/08/2006 E APRESENTAR O SELO DE APROVAÇÃO DO INMETRO, CONFORME PORTARIA N.º 503, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011. LUER SLIP. INTERVALO DE ESCALA NUMERADA 1 EM 1. | unidade | 42000 |

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundação Hospitalar de Janaúba/MG foi instituída pela Lei Municipal nº 1.932, de 03 de novembro de 2011, e teve seu Estatuto aprovado por meio do Decreto nº 121, da mesma data, sendo reconhecida como entidade de direito público privado, sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa, financeira e jurídica. Sua sede encontra-se na Avenida Pedro Álvares Cabral, nº 140, Bairro Veredas, no município de Janaúba/MG, configurando-se como unidade hospitalar de utilidade pública, isenta de tributação municipal e detentora das prerrogativas atribuídas às entidades congêneres.

Nos termos do art. 2º do Estatuto, a Fundação Hospitalar de Janaúba caracteriza-se como fundação pública privada, com autonomia em sua gestão, respeitando os limites da legislação aplicável, possuindo a finalidade de prestar assistência hospitalar qualificada à população. Atualmente, a instituição mantém 130 leitos ativos e é reconhecida como referência em urgência e emergência para 14 municípios da região, o que amplia sua responsabilidade e reforça a necessidade de garantir a regularidade e a continuidade de insumos médico-hospitalares.

O contexto que motiva a presente contratação decorre do insucesso parcial do certame anterior, instaurado por meio do Edital nº 032/2025 – Pregão Eletrônico nº 023/2025, no qual parte significativa dos itens resultou deserta, cancelada ou fracassada. Tal situação inviabilizou o abastecimento pleno da instituição, impondo a necessidade de novo processo licitatório com revisão dos descritivos técnicos e inclusão de insumos adicionais indispensáveis. Entre os materiais que compõem esta demanda, destacam-se,

de maneira especial, os equipos de nutrição enteral, fundamentais para pacientes que não podem se alimentar por via oral, garantindo segurança, conforto e eficiência na administração de nutrientes.

A Farmácia Hospitalar desempenha papel estratégico nesse cenário, pois sua missão não se limita ao controle e dispensação de medicamentos, mas estende-se à provisão de insumos de consumo contínuo, equipamentos de proteção individual (EPIs), materiais de diagnóstico, entre outros itens que são padronizados conforme diretrizes internas. Essa padronização contribui para o controle orçamentário, a eficiência na gestão de estoques, a rastreabilidade dos produtos e a uniformização dos serviços prestados.

No âmbito da proteção constitucional do direito à saúde a todos, emerge o artigo 196 da Constituição da República:

"Artigo 196 — A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

De igual forma, o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal estabelece que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e da assistência pública, assegurando proteção e garantia às pessoas em situação de vulnerabilidade. Ademais, o artigo 6º da Carta Magna inclui a saúde no rol dos direitos sociais, ao lado da educação, da alimentação, da moradia, do trabalho e da segurança.

Esse arcabouço normativo reforça que a saúde é dever compartilhado por todos os entes federativos e que compete às administrações públicas adotar medidas eficazes para garantir a continuidade dos serviços hospitalares. A ausência ou irregularidade no fornecimento de insumos compromete diretamente a assistência à população, gera risco à vida e à integridade dos pacientes e fragiliza a atuação dos profissionais de saúde.

A contratação ora proposta visa, portanto, assegurar a manutenção das atividades hospitalares sem interrupções, em conformidade com protocolos assistenciais e exigências sanitárias vigentes. A falta de tais insumos pode impedir a realização de procedimentos emergenciais, cirúrgicos e clínicos, tais como atendimentos a politraumatismos, infartos, acidentes vasculares cerebrais (AVCs), partos de risco, insuficiências respiratórias e cuidados intensivos. Além de colocar em risco vidas humanas, a escassez de materiais compromete a segurança dos profissionais de saúde, aumenta o risco de infecções hospitalares e interrompe fluxos terapêuticos estabelecidos.

A adoção da modalidade Registro de Preços para esta aquisição garante maior flexibilidade administrativa, possibilita a reposição de acordo com a demanda real, assegura economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos e previne desabastecimentos que comprometam a continuidade dos serviços.

Assim, a presente contratação justifica-se não apenas como medida de regularização de insumos hospitalares, mas como ação estratégica para a efetividade do direito constitucional à saúde, assegurando à população local e regional atendimento hospitalar digno, seguro, contínuo e de qualidade.

5. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

A aquisição em referência visa assegurar a reposição e a regularidade de insumos indispensáveis ao funcionamento da Fundação Hospitalar de Janaúba/MG, cuja missão central é garantir o atendimento de urgência e emergência, cirurgias eletivas e cuidados clínicos especializados. O fornecimento contínuo e adequado de medicamentos e materiais médico-hospitalares representa requisito essencial para a manutenção da qualidade assistencial e da segurança dos pacientes, bem como para a eficiência operacional da instituição.

1. Qualidade dos Materiais

Todos os produtos a serem contratados deverão atender integralmente às normas de qualidade e segurança estabelecidas pelos órgãos reguladores competentes, especialmente a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), quando aplicável. Os itens devem possuir registro válido no Ministério da Saúde, certificações específicas e apresentar controle de lote, data de fabricação e prazo de validade. Exige-se:

- a) Certificação de que medicamentos, como antibióticos, analgésicos e demais fármacos contemplados, atendam rigorosamente às especificações de concentração, composição, estabilidade e prazo de validade;
- b) Garantia de que os materiais médico-hospitalares (luvas, seringas, cateteres, equipos de infusão, cânulas, sondas, bolsas e afins) sejam esterilizados, descartáveis e destinados a uso único, em conformidade com os protocolos de biossegurança, prevenindo riscos de infecção e contaminação cruzada;
- c) Atendimento a normas técnicas específicas, tais como as contidas em Portarias do Ministério da Saúde e resoluções da ANVISA, assegurando rastreabilidade e confiabilidade dos insumos adquiridos.

2. Prazo de Entrega

Em razão da natureza emergencial dos serviços prestados, os itens deverão ser entregues em prazo máximo de 5 (cinco) dias após a emissão da Ordem de Fornecimento, em conformidade com a urgência do atendimento hospitalar. O fornecimento poderá ser realizado de forma parcelada, priorizando-se os insumos de maior criticidade, como medicamentos de uso contínuo, equipos de nutrição enteral, antibióticos e materiais de suporte à vida. O não cumprimento dos prazos compromete diretamente a segurança do paciente e a regularidade da assistência hospitalar, razão pela qual a exigência de prazo reduzido constitui requisito essencial.

3. Condições de Armazenamento e Transporte

A integridade e eficácia dos materiais dependem do correto acondicionamento desde a origem até a entrega final. Os fornecedores deverão comprovar capacidade técnica e logística para assegurar:

- a) Estrutura de transporte em conformidade com as exigências de temperatura e umidade controladas, especialmente para medicamentos e insumos termoestáveis ou fotossensíveis;
- b) Utilização de embalagens adequadas, resistentes e devidamente lacradas, que garantam a inviolabilidade, a esterilidade e a proteção dos produtos durante todo o percurso;
- c) Controle de validade dos materiais, de modo que nenhum item entregue esteja próximo ao vencimento, devendo os produtos ser armazenados em condições adequadas e comprovadas mediante documentação de rastreabilidade.

4. Garantia de Suprimento Contínuo

A empresa contratada deverá demonstrar capacidade de fornecimento ininterrupto, garantindo que não haja risco de desabastecimento durante a vigência da ata de registro de preços. Para tanto, o fornecedor deverá apresentar:

- a) Evidências documentais de que mantém estoques compatíveis com a demanda estimada pela Fundação Hospitalar de Janaúba/MG;
- b) Plano de reposição eficiente, apto a restabelecer o fornecimento em caso de ruptura de estoque, assegurando que os serviços hospitalares não sofram interrupções;
- c) Compromisso de atendimento integral às ordens de fornecimento expedidas pela Administração, dentro dos prazos estipulados, garantindo segurança operacional e regularidade no atendimento dos pacientes.

5. Critério da aceitação da proposta

5.1.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.1.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.1.3. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.1.4. Ao apresentar a proposta, deverá conter as seguintes informações:

I - Valor unitário e total do item; Os preços deverão ser expressos em Reais (R\$) com no máximo 04 (quatro) casas decimais após a vírgula (ex.: R\$ 0,0001), inclusas todas as despesas referentes à execução do fornecimento, sob pena de recusa da proposta apresentada;

II - MARCA/MODELO DETALHADA (o presente descritivo deve ser apresentado de maneira a garantir a fácil identificação e eventuais pesquisas para validação da equipe técnica.);

III - Fabricante;

IV - A indicação, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

V - O número do registro na ANVISA do item ofertado.

5.1.5. Somente serão aceitos produtos com registro junto a ANVISA, devendo tal informação constar na proposta. Caso a informação não conste, o(a) pregoeiro(a) poderá solicitar a informação a ser prestada pelo licitante até a entrega da proposta reajustada, sob pena de desclassificação

6. DA DEMANDA CONTRATADA X QUANTIDADE DO MATERIAL A SER FORNECIDO

A contratação ora em análise encontra-se alinhada ao novo modelo de gestão da Fundação Hospitalar de Janaúba/MG, cujo objetivo é acompanhar o crescimento da demanda assistencial e garantir a expansão sustentável dos serviços ofertados. A instituição tem promovido investimentos significativos na ampliação da capacidade instalada, como o aumento do número de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), a modernização do setor de emergência e a reestruturação de diversas clínicas especializadas. Essas medidas visam consolidar a excelência no atendimento prestado, assegurando eficiência, eficácia e efetividade no cuidado aos pacientes e buscando superar as expectativas dos usuários.

O dimensionamento da necessidade de aquisição de insumos fundamenta-se no consumo histórico dos últimos três anos, ajustado para o aumento decorrente da expansão da rede assistencial. Atualmente, a Fundação Hospitalar dispõe de 105 leitos ativos, realiza aproximadamente 40 mil atendimentos anuais no Pronto-Socorro de urgência e emergência, promove cerca de 7 mil internações anuais com taxa média de permanência de 7,5 dias, e conta com um quadro funcional de aproximadamente 335 colaboradores, distribuídos em uma estrutura física de 7.000 m² de área construída.

Além do impacto local, a instituição exerce papel de referência regional em serviços de saúde, atendendo uma população abrangente de mais de 14 municípios. O quadro a seguir apresenta a lista de cidades atendidas, com respectivas populações segundo o Censo Demográfico de 2022:

| Cidades | População Senso 2022 |
|-----------------------|-----------------------------|
| Catuti | 4.739 |
| Espinosa | 30.443 |
| Gameleira | 18.214 |
| Jaíba | 37.660 |
| Mato Verde | 12.038 |
| Mamonas | 5.997 |
| Matias Cardoso | 8.895 |
| Monte Azul | 20.328 |
| Nova Porteirinha | 6.706 |
| Pai Pedro | 5.551 |
| Porteirinha | 37.438 |
| Riacho dos Machados | 8.756 |
| Serranópolis de Minas | 4.399 |
| Verdelândia | 7.672 |

A diversidade de serviços prestados pela Fundação Hospitalar evidencia a amplitude de sua atuação. Com base no levantamento de demandas dos últimos 12 meses, identificou-se a realização de atendimentos em 15 especialidades médicas e serviços complementares, a saber:

| Especialidades |
|---|
| Urgência e Emergência |
| Clínica Especializada |
| Clínica Cirúrgica |
| Clínica Médica |
| Ortopedia |
| Cirurgia Geral |
| Neurocirurgia de alta complexidade |
| Laboratório clínico |
| Diagnóstico por Imagem |
| Atenção Psicossocial |
| Serviço de diagnóstico por métodos gráficos |

| |
|-------------------------|
| Serviço de Endoscopia |
| Serviço de Farmácia |
| Serviço de Fisioterapia |
| Serviço de Oftalmologia |

Fonte: CNES Competência 01/2024

Com base nesse panorama assistencial e na análise do consumo médio dos últimos três anos, ajustado ao crescimento da capacidade instalada e da procura regional, procedeu-se à definição das quantidades estimadas para o exercício de 2025, a fim de assegurar a cobertura integral das necessidades da instituição e garantir a continuidade dos serviços prestados à população.

| Item | Código CNBS | Descrição | UND | QTDE |
|------|-------------|---|---------|------|
| 1 | 439806 | AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL 0,7 X 25 MM: AGULHA HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX TIPO 304, SILICONIZADA, CALIBRE DE 439806 0,70Mm E COMPRIMENTO DE 25MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR VIOLETA E PROTETOR DE PLÁSTICO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO BPF ITIDO ELA VISA. PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR PORTARIA N. 503, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011. SELO DE APROVAÇÃO DO INMETRO. REGISTRO MS. No LOTE. CAIXA COM 100 UNIDADES. | caixa | 410 |
| 2 | 477432 | BOLSA DE COLOSTOMIA DESCARTÁVEL TRANSPARENTE: BOLSA PLÁSTICA DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE GARANTE RESISTÊNCIA E VEDAÇÃO SEGURA CONTRA VAZAMENTOS. ABERTURA DE 30 MM. ADESIVO HIPOALERGÊNICO.NÃO ESTÉRIL. PACOTE COM 10 UNIDADES. | pacote | 1000 |
| 3 | 301510 | CAL SODADA MOLECULAR - 4,3KG: CAL SODADA GALÃO 4,3KG (USO MÉDICO). | unidade | 12 |
| 4 | 423732 | CANULA TRAQUEOSTOMIA METAL 00: CANULA TRAQUEOSTOMIA METAL 00 CONFECCIONADA EM METAL CROMADO, SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO, JOGO COMPOSTO POR 03 PEÇAS SENDO: 01 MANDRIL COM PONTA ARREDONDADA; 01 CÂNULA EXTERNA COM IMPRESSÃO DO NÚMERO EM LOCAL VISÍVEL, ASAS PARA FIXAÇÃO COM CADARÇO OU FIXADOR E ACABAMENTO QUE NÃO CAUSE TRAUMATISMO TRAQUEAL; 01 CÂNULA INTERNA COM ENCAIXE E FIXAÇÃO ADEQUADOS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE. | unidade | 15 |
| 5 | 423732 | CANULA TRAQUEOSTOMIA METAL 01: CANULA TRAQUEOSTOMIA METAL 01 CONFECCIONADA EM | unidade | 15 |

| | | | | |
|----|--------|---|---------|-----|
| | | METAL CROMADO, SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO, JOGO COMPOSTO POR 03 PEÇAS SENDO: 01 MANDRIL COM PONTA ARREDONDADA; 01 CÂNULA EXTERNA COM IMPRESSÃO DO NÚMERO EM LOCAL VISÍVEL, ASAS PARA FIXAÇÃO COM CADARÇO OU FIXADOR E ACABAMENTO QUE NÃO CAUSE TRAUMATISMO TRAQUEAL; 01 CÂNULA INTERNA COM ENCAIXE E FIXAÇÃO ADEQUADOS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE. | | |
| 6 | 423732 | CANULA TRAQUEOSTOMIA METAL 02: CANULA TRAQUEOSTOMIA METAL 02 CONFECCIONADA EM METAL CROMADO, SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO, JOGO COMPOSTO POR 03 PEÇAS SENDO: 01 MANDRIL COM PONTA ARREDONDADA; 01 CÂNULA EXTERNA COM IMPRESSÃO DO NÚMERO EM LOCAL VISÍVEL, ASAS PARA FIXAÇÃO COM CADARÇO OU FIXADOR E ACABAMENTO QUE NÃO CAUSE TRAUMATISMO TRAQUEAL; 01 CÂNULA INTERNA COM ENCAIXE E FIXAÇÃO ADEQUADOS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE. | unidade | 15 |
| 7 | 423732 | CANULA TRAQUEOSTOMIA METAL 03: CANULA TRAQUEOSTOMIA METAL 03 CONFECCIONADA EM METAL CROMADO, SEM REBARBAS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO, JOGO COMPOSTO POR 03 PEÇAS SENDO: 01 MANDRIL COM PONTA ARREDONDADA; 01 CÂNULA EXTERNA COM IMPRESSÃO DO NÚMERO EM LOCAL VISÍVEL, ASAS PARA FIXAÇÃO COM CADARÇO OU FIXADOR E ACABAMENTO QUE NÃO CAUSE TRAUMATISMO TRAQUEAL; 01 CÂNULA INTERNA COM ENCAIXE E FIXAÇÃO ADEQUADOS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE. | unidade | 15 |
| 8 | 617194 | CAPA DE PROTEÇÃO DE MICROCÂMERA: CAPA PARA MICROCÂMERA 13 X 250 CM | unidade | 600 |
| 9 | 446251 | CARVÃO ATIVADO EM PÓ 250G: FRASCO CONTENDO 250 G DE PÓ DE CARVÃO ATIVADO. | frasco | 10 |
| 10 | 625223 | CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 14G: CATÉTER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, USO ÚNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONSTITUÍDO POR AGULHA SILICONIZADA, BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO; CÂNULA EM BIOMATERIAL POLIURETANO (VIALON), FLEXÍVEL, TRANSPARENTE (RADIOPACO); PROTETOR DE AGULHA/CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO EM CORES, CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL, PERMITINDO RÁPIDA VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO SANGUE; DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ACIONADO PELO PROFISSIONAL, PROTEÇÃO DE TODO COMPRIMENTO DA AGULHA. CBPF EMITIDO PELA ANVISA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERA DISPOR DE PROFISSIONAL TÉCNICO QUE POSSA MINISTRAR TREINAMENTO, CONFORME DETERMINAÇÃO DA PORTARIA N.º 1.748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011. CALIBRE: 14 G. | unidade | 600 |

| | | | | |
|----|--------|--|---------|-------|
| | | SÓ ACEITAMOS AS MARCAS: SEVEN CARE, BD E BBRAUN. | | |
| 11 | 460347 | CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 16G: CATÉTER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, USO ÚNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONSTITUÍDO POR AGULHA SILICONIZADA, BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO; CÂNULA EM BIOMATERIAL POLIURETANO (VIALON), FLEXÍVEL, TRANSPARENTE (RADIOPACO); PROTETOR DE AGULHA/CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO EM CORES, CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL, PERMITINDO RÁPIDA VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO SANGUE; DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ACIONADO PELO PROFISSIONAL, PROTEÇÃO DE TODO COMPRIMENTO DA AGULHA. CBPF EMITIDO PELA ANVISA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERA DISPOR DE PROFISSIONAL TÉCNICO QUE POSSA MINISTRAR TREINAMENTO, CONFORME DETERMINAÇÃO DA PORTARIA N.º 1.748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011. CALIBRE: 16 G. SÓ ACEITAMOS AS MARCAS: SEVEN CARE, BD E BBRAUN. | unidade | 600 |
| 12 | 625222 | CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 18G: CATÉTER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, USO ÚNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONSTITUÍDO POR AGULHA SILICONIZADA, BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO; CÂNULA EM BIOMATERIAL POLIURETANO (VIALON), FLEXÍVEL, TRANSPARENTE (RADIOPACO); PROTETOR DE AGULHA/CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO EM CORES, CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL, PERMITINDO RÁPIDA VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO SANGUE; DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ACIONADO PELO PROFISSIONAL, PROTEÇÃO DE TODO COMPRIMENTO DA AGULHA. CBPF EMITIDO PELA ANVISA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERA DISPOR DE PROFISSIONAL TÉCNICO QUE POSSA MINISTRAR TREINAMENTO, CONFORME DETERMINAÇÃO DA PORTARIA N.º 1.748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011. CALIBRE: 18 G. SÓ ACEITAMOS AS MARCAS: SEVEN CARE, BD E BBRAUN. | unidade | 1800 |
| 13 | 625221 | CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 20G: CATÉTER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, USO ÚNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONSTITUÍDO POR AGULHA SILICONIZADA, BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO; CÂNULA EM BIOMATERIAL POLIURETANO (VIALON), FLEXÍVEL, TRANSPARENTE (RADIOPACO); PROTETOR DE AGULHA/CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO EM CORES, CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL, PERMITINDO RÁPIDA VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO SANGUE; DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ACIONADO PELO PROFISSIONAL, PROTEÇÃO DE TODO COMPRIMENTO DA AGULHA. CBPF EMITIDO PELA ANVISA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERA DISPOR DE PROFISSIONAL TÉCNICO QUE POSSA MINISTRAR TREINAMENTO, | unidade | 20000 |

| | | | | |
|----|--------|---|---------|-------|
| | | CONFORME DETERMINAÇÃO DA PORTARIA N.º 1.748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011. CALIBRE: 20 G. SÓ ACEITAMOS AS MARCAS: SEVEN CARE, BD E BBRAUN. | | |
| 14 | 438244 | CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 22 G: CATÉTER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, USO ÚNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONSTITUÍDO POR AGULHA SILICONIZADA, BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO; CÂNULA EM BIOMATERIAL POLIURETANO (VIALON), FLEXÍVEL, TRANSPARENTE (RADIOPACO); PROTETOR DE AGULHA/CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO EM CORES, CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL, PERMITINDO RÁPIDA VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO SANGUE; DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ACIONADO PELO PROFISSIONAL, PROTEÇÃO DE TODO COMPRIMENTO DA AGULHA. CBPF EMITIDO PELA ANVISA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERA DISPOR DE PROFISSIONAL TÉCNICO QUE POSSA MINISTRAR TREINAMENTO, CONFORME DETERMINAÇÃO DA PORTARIA N.º 1.748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011. CALIBRE: 22 G. SÓ ACEITAMOS AS MARCAS: SEVEN CARE, BD E BBRAUN. | unidade | 27800 |
| 15 | 438243 | CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 24G: CATÉTER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, USO ÚNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONSTITUÍDO POR AGULHA SILICONIZADA, BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO; CÂNULA EM BIOMATERIAL POLIURETANO (VIALON), FLEXÍVEL, TRANSPARENTE (RADIOPACO); PROTETOR DE AGULHA/CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO, CODIFICADO EM CORES, CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL, PERMITINDO RÁPIDA VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO SANGUE; DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ACIONADO PELO PROFISSIONAL, PROTEÇÃO DE TODO COMPRIMENTO DA AGULHA. CBPF EMITIDO PELA ANVISA. A EMPRESA VENCEDORA DEVERA DISPOR DE PROFISSIONAL TÉCNICO QUE POSSA MINISTRAR TREINAMENTO, CONFORME DETERMINAÇÃO DA PORTARIA N.º 1.748, DE 30 DE AGOSTO DE 2011. CALIBRE: 24 G. SÓ ACEITAMOS AS MARCAS: SEVEN CARE, BD E BBRAUN. | unidade | 12500 |
| 16 | | CLIPES PARA FECHAMENTOS DE BOLSAS DE COLOSTOMIA: BOLSA DE COLOSTOMIA DESCARTÁVEL TRANSPARENTE PACOTE COM 100 UNIDADES. | pacote | 500 |
| 17 | 623070 | COMPRESSA NEURO CIRURGICA 13 X 76 MM: FABRICADAS EM FIBRA DE RAYON DE EXTREMA PUREZA, POR PROCESSO ESPECIAL DE ENTRELACAMENTO; FIXADO AO TECIDO, PRESO EM SUPORTE DE PAPEL CARTÃO, CONTENDO 10 UNIDADES. EMBALADOS EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E EM CAIXA DE PAPEL CARTÃO. ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO (ETO). | pacote | 80 |

| | | | | |
|----|--------|---|---------|------|
| 18 | - | CONECTOR VALVULADO PARA CONEXÃO SEM AGULHA: ESTÉRIL, USO ÚNICO, INDICADA PARA VEDAR CONECTORES DE EQUIPO DE INFUSÃO, EQUIPOS MULTÍVIAS, SERINGAS, CATÉTERES E DEMAIS PRODUTOS LUER LOCK. | unidade | 2500 |
| 19 | 411866 | CONJUNTO DE LINHA VENOSA X ARTERIAL: PRODUTO ESTÉRIL E ISENTO DE PIROGÊNIO. ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO. CONTÉM: 1 LINHA DE SANGUE ARTERIAL COM CÂMARA DE GOTEJAMENTO (CATABOLHA) COM FILTRO DE SEGURANÇA. 1 LINHA DE SANGUE VENOSA COM CÂMARA DE GOTEJAMENTO (CATABOLHA) COM FILTRO DE SEGURANÇA. 2 CONECTORES ISOLADORES DE PRESSÃO. 1 EQUIPO DE SORO. 1 RECIRCULADOR. TRAVAS TIPO CLAMP. | unidade | 1000 |
| 20 | 483370 | CURATIVO FIXACAO INTRAVENOSO 6CM X 7CM. O CURATIVO TRANSPARENTE FIXADOR DE CATETER É UM PRODUTO DESENVOLVIDO PARA FIXAR E PROTEGER CATETERES EM LOCAIS DE INSERÇÃO, PROPORCIONANDO UM AMBIENTE SEGURO E LIVRE DE CONTAMINAÇÃO. COM SUA TRANSPARÊNCIA, PERMITE A VISUALIZAÇÃO DO LOCAL DE INSERÇÃO E DO CATETER, FACILITANDO A MONITORIZAÇÃO. DIMENSÃO 6 CM X 7 CM. PRODUTO DE USO ÚNICO. ESTÉRIL. | unidade | 2500 |
| 21 | 484837 | CURATIVO HIDROCOLOIDE 15X15: PLACA DE HIDROCOLOIDE 15 CM X 15 CM. EMBALADO INDIVIDUALMENTE, ESTÉRIL, PRODUTO DE USO ÚNICO. POSSUI EM SUA COMPOSIÇÃO CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA E PELICULA PROTETORA DE POLIURETANO. INDICADO PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTOS DE ÚLCERAS EM DIVERSOS LOCAIS, QUEIMADURA PEQUENAS E SUPERFICIAIS, CURATIVOS PÓS-OPERATÓRIO. | unidade | 1000 |
| 22 | 464738 | DRENO DE PENROSE ESTÉRIL N° 1: DRENO DE PENROSE ESTÉRIL N° 1, FABRICADO EM LÁTEX NATURAL. COR NATURAL. SEM GAZE, LATEX NATURAL, FLEXÍVEL, FORMATO TUBULAR UNIFORME EM TODA A EXTENSÃO, PAREDES FINAS E MALEÁVEIS. ESTÉRIL. EMBALADO EM PAPEL CIRÚRGICO. | unidade | 50 |
| 23 | 464738 | DRENO DE PENROSE ESTÉRIL N° 2: DRENO DE PENROSE ESTÉRIL N° 2, FABRICADO EM LÁTEX NATURAL. COR NATURAL. SEM GAZE, LATEX NATURAL, FLEXÍVEL, FORMATO TUBULAR UNIFORME EM TODA A EXTENSÃO, PAREDES FINAS E MALEÁVEIS. ESTÉRIL. EMBALADO EM PAPEL CIRÚRGICO. | unidade | 350 |
| 24 | 43851 | DRENO EM T – HASTE DE 30 CM ESTERILIZADO – 14: DRENO EM T, COM HASTE DE 30 CM, ESTERILIZADO N° 14. FABRICADO EM LÁTEX NATURAL, PONTAS ATRAUMÁTICAS, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ESTERILIZADO A GÁS ÓXIDO DE ETILENO. | unidade | 30 |
| 25 | 438515 | DRENO EM T – HASTE DE 30 CM ESTERILIZADO – 16: | unidade | 30 |

| | | | | |
|----|--------|---|---------|------|
| | | DRENO EM T, COM HASTE DE 30 CM, ESTERILIZADO Nº 16. FABRICADO EM LÁTEX NATURAL, PONTAS ATRAUMÁTICAS, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ESTERILIZADO A GÁS ÓXIDO DE ETILENO. | | |
| 26 | 610180 | EQUIPO HEMOTRANSFUÇÃO: EQUIPO PARA INFUSÃO DE SANGUE E HEMODERIVADOS COM CÂMARA DUPLA FLEXÍVEL, A PRIMEIRA DOTADA DE FILTRO E A SEGUNDA PARA VISUALIZAÇÃO E CONTROLE DE GOTEJAMENTO, CONTENDO: FILTRO PARA HEMODERIVADOS, CONEXÃO: LUER SLIP OU LUER LOCK REVERSÍVEL PARA DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO PINÇA ROLETE COM EXCELENTE CONTROLE E MANUTENÇÃO DE GOTEJAMENTO, EXTENSÃO EM PVC, PERFURADOR PARA CONEXÃO COM BOLSAS DE SANGUE E FILTRO DE AR DISTAL BACTERIOLÓGICO PARA PREENCHIMENTO EM SISTEMA FECHADO (0,22 MICRA). | unidade | 2500 |
| 27 | 614379 | ESPONJA HEMOSTÁTICA ABSORVÍVEL: ESPONJA HEMOSTÁTICA DE GELATINA LIOFILIZADA.TEM AÇÃO HEMOSTÁTICA, CICATRIZANTE E É COMPLETAMENTE ABSORVÍVEL PELO ORGANISMO EM UM PERÍODO DE APROXIMADAMENTE 15 DIAS. HEMOSPON É ATÓXICO E APIROGÊNICO. APRESENTA-SE PRONTO PARA USO. TAMANHO APROXIMADO 125X80X10MM. | unidade | 300 |
| 28 | 620778 | EXTENSOR 120 CM FOTOSSENSÍVEL: EXTENSOR FOTOSSENSÍVEL LOCK/SLIP. ESTÉRIL.TUBO ÂMBAR. DESCARTÁVEL DE USO ÚNICO. COM TAMANHO E DIÂMETRO QUE SUPRA A NECESSIDADE DE UM ADULTO. | unidade | 500 |
| 29 | - | EXTENSOR DE ARTROSCOPIA (EQUIPO FECHADO 4 VIAS): PONTA PERFURANTE, CONFECCIONADA CONFORME DIMENSÕES DESCRITAS NA NBR ISO 14041/96, ADAPTÁVEL EM BOLSA E FRASCOS DE SOLUÇÕES, MATERIAL EM PVC (POLICLORETO DE VINILA); PROTETOR DA PONTA PERFURANTE (TAMPA) CONFECCIONADO EM MATERIAL PEBD (POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE); CORTA FLUXO TIPO PRESILHA, CONFECCIONADO EM MATERIAL PVC (POLICLORETO DE VINILA);TUBO CONFECCIONADO EM MATERIAL PVC (POLICLORETO DE VINILA); DERIVAÇÃO EM “Y”, CONFECCIONADO EM MATERIAL PVC (POLICLORETO DE VINILA); CONECTOR ANELADO, CONFECCIONADO EM MATERIAL PVC (POLICLORETO DE VINILA). | UNIDADE | 200 |
| 30 | 458080 | EXTENSOR VALVULADO BAIXA PRESSÃO: O EXTENSOR VALVULADO 1 VIA 20 CM BAIXA PRESSÃO 300 PSI É UMA EXTENSÃO CONSTITUÍDA DE TUBO FLEXÍVEL LISO EM PVC POSSUINDO EM UMA EXTREMIDADE, VÁLVULA ANTIRREFLUXO E NA OUTRA, CONECTOR LUER LOCK MACHO, AMBAS COM PROTETORES (TAMPAS VENTILADAS), PERMITINDO CONEXÕES EM PROCEDIMENTOS E EXAMES DE DIAGNÓSTICOS OU DE TERAPIA INTENSIVA | unidade | 500 |

| | | | | |
|----|--------|---|---------|------|
| | | (RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA). PRODUTO ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO - ETO. USO ÚNICO. INDICAÇÃO E FINALIDADE DE USO: É INDICADO COMO EXTENSÃO OU PROLONGAMENTO PARA CONDUZIR LÍQUIDOS E MEIOS DE CONTRASTE SOBRE PRESSÃO A SEREM INJETADOS POR INTERMÉDIO DE VIAS DE ACESSO EM PACIENTES, ATRAVÉS DE CONEXÕES A SEREM AFIXADAS EM ACESSÓRIOS, BOMBAS INJETORAS E EQUIPAMENTOS ADOTADOS PELOS SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICOS OU DE TERAPIA INTENSIVA. | | |
| 31 | 479622 | FILTRO HEPA: FILTRO BARREIRA TOTAL A BACTÉRIAS E A VÍRUS COM EFICIÊNCIA MAIOR QUE 99,999%, BIDIRECIONAL, AUTO UMIDIFICADOR, TROCADOR DE CALOR E UMIDADE, COM MEMBRANA ÚNICA TOTALMENTE HIDROFÓBICA QUE IMPEDE A PASSAGENS DE LÍQUIDOS AO CIRCUITO, SEM TRATAMENTO COM SAIS HIGROSCÓPICOS OU CARGAS ELETROSTÁTICAS, VALIDADO MICROBIOLOGICAMENTE PARA GASES, AEROSSÓIS E SECREÇÕES COM BACTÉRIAS E/OU VÍRUS E OUTROS PATÓGENOS, RETÉM E FILTRA PARTÍCULAS DE LÁTEX, PARA USO EM CIRCUITO RESPIRATÓRIO. POSSUI BORDAS ARREDONDADAS SEM CANTOS VIVOS, VALIDADO PARA USO COM NEBULIZAÇÕES, VALIDADO PARA USO ATÉ 48HS COMPROVADO CIENTIFICAMENTE, E TOMADA PARA CAPNÓGRAFO PROTEGIDA DA UMIDADE E SECREÇÕES DO PACIENTE. CONTÉM TUBO EXTENSOR CORRUGADO FLEXÍVEL, DE 145 MM, COM MEMÓRIA E COM CONEXÃO UNIVERSAL. O TUBO CORRUGADO É ACOMPANHADO DE UMA TAMPA, A QUAL É UTILIZADA COMO DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO NO DESCARTE DE MATERIAL CONTAMINADO. VOLUME INTERNO DE 85ML. | unidade | 50 |
| 32 | 481528 | FIXADOR DE TUBO: COMPOSTO POR DUAS BANDAS – SUPERIOR (72CM) E INFERIOR (68CM DE COMPRIMENTO), EM TECIDO DE ALGODÃO ATÓXICO, HIPOALÉRGICO, ACOLCHOADO E ANTIESCARAS E POSSUI SISTEMA DE VELCRO PARA FECHAMENTO EM TORNO DA CABEÇA E PARA –FIXAÇÃO AO TUBO ENDOTRAQUEAL, O QUE DIMINUI O RISCO DE EXTUBAÇÃO ACIDENTAL. | unidade | 2300 |
| 33 | -- | FIXADOR PARA CANULA DE TRAQUEOSTOMIA: INDICADO PARA FIXAÇÃO/ESTABILIZAÇÃO DE CANULA DE TRAQUESOSTOMIA METÁLICA OU PLÁSTICA. TAMANHO: ADULTO. USO ÚNICO E INDIVIDUAL. NÃO ESTÉRIL. MATERIAL MACIO E ANTIALÉRGICO. | unidade | 200 |
| 34 | 616018 | FRALDA GERIÁTRICA G: FRALDA GERIÁTRICA G. PACOTE COM 8 UNIDADES. | pacote | 8000 |
| 35 | 616019 | FRALDA GERIÁTRICA XG: FRALDA GERIÁTRICA G. PACOTE COM 8 UNIDADES. | pacote | 8000 |
| 36 | 619155 | FRASCO COLETOR UNIVERSAL: FRASCO COLETOR | frasco | 1500 |

| | | | | |
|----|--------|---|---------|-----|
| | | UNIVERSAL (FEZES/URINA). FRASCO (POTE) GRADUADO 80 ML. SISTEMA DE VEDAÇÃO TIPO ROSCA. ABERTURA LARGA. | | |
| 37 | 445579 | GARROTE LATEX: UTILIZADO NO PROCEDIMENTO DE COLETA DE SANGUE, AUXILIANDO NA LOCALIZAÇÃO DAS VEIAS, CONFECCIONADO EM LÁTEX E POLIESTIRENO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 CM. | unidade | 150 |
| 38 | 475840 | GEL PARA ELETRODO: PRODUTO ATÓXICO, INODORO, PH NEUTRO, HIDROSSOLÚVEL E FACILMENTE REMOVIVÉL, POSSUI CONSISTÊNCIA FIRME, NÃO ESCORRE E NÃO GRUDA. UTILIZADOS EM EXAMES DE ELETROCARDIOGRAMA PARA CONDUZIR IMPULSOS ELÉTRICOS. FRASCO COM 100G. | unidade | 250 |
| 39 | - | KIT PIA: KIT DE PRESSÃO INVASIVA DE ALTA DURABILIDADE. OS KITS TRANSDUTORES DE PRESSÃO EDWARDS PARA MONITORIZAÇÃO DA PRESSÃO ARTERIAL SÃO ESTÉREIS E DE USO ÚNICO. OS KITS EDWARDS PODEM SER USADOS COM O SISTEMA VAMP (PROTEÇÃO DA MANIPULAÇÃO DE SANGUE VENOSO ARTERIAL), VISANDO A COLETA DE SANGUE FECHADA E SEM AGULHA. É PROJETADO PARA QUE O FLUIDO PASSE DIRETAMENTE PELO SENSOR DE PRESSÃO SEM DISTORÇÃO NA FORMA DA ONDA FIOS RECOBERTOS DE OURO PARA TRANSFERÊNCIA DE SINAL DE ALTA FIDELIDADE DISPONÍVEL COM O DISPOSITIVO DE LAVAGEM SNAP-TAP, PROJETADO PARA FACILITAR O PREENCHIMENTO DO SISTEMA E TESTAR A ONDA QUADRADA. DEVE SER COMPATÍVEL COM O KIT PIA EDWARD. | kit | 30 |
| 40 | 628522 | MALHA TUBULAR 10 CM: MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA; EM HELANCA, E FIOS DE NYLON BINADOS; COM ELASTICIDADE ADEQUADA, SEM DEFEITOS. MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA 10CMX25M - 100% ALGODÃO. | unidade | 200 |
| 41 | 628514 | MALHA TUBULAR 12 CM: MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA; EM HELANCA, E FIOS DE NYLON BINADOS; COM ELASTICIDADE ADEQUADA, SEM DEFEITOS. MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA 12CMX25M - 100% ALGODÃO. | unidade | 300 |
| 42 | 451478 | MASCARA LARINGEA Nº 01: MATERIAL: SILICONE. USO: REUTILIZÁVEL, COM ATÉ 40 CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. VEDAÇÃO: FORMADA NA HIPOFARINGE, GARANTINDO VEDAÇÃO DA LARINGE PARA VENTILAÇÃO. DESIGN: BORDA REFORÇADA, FORMATO ANATÔMICO, TUBO RESISTENTE A ACOTOVELAMENTO. BALÃO PILOTO: COM INDICAÇÃO TÁTIL DO GRAU DE INSUFLAÇÃO DO CUFF. INDICAÇÕES: TAMANHO, PESO DO PACIENTE E VOLUME MÁXIMO DE INSUFLAÇÃO IMPRESSO NO TUBO. ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVE DE VAPOR. LIVRE DE LÁTEX. TAMANHO: 01. | unidade | 20 |
| 43 | 451478 | MASCARA LARINGEA Nº 1,5: MATERIAL: SILICONE. USO: REUTILIZÁVEL, COM ATÉ 40 CICLOS DE | unidade | 20 |

| | | | | |
|----|--------|--|---------|----|
| | | ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. VEDAÇÃO: FORMADA NA HIPOFARINGE, GARANTINDO VEDAÇÃO DA LARINGE PARA VENTILAÇÃO. DESIGN: BORDA REFORÇADA, FORMATO ANATÔMICO, TUBO RESISTENTE A ACOTOVELAMENTO. BALÃO PILOTO: COM INDICAÇÃO TÁTIL DO GRAU DE INSUFLAÇÃO DO CUFF. INDICAÇÕES: TAMANHO, PESO DO PACIENTE E VOLUME MÁXIMO DE INSUFLAÇÃO IMPRESSO NO TUBO. ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVE DE VAPOR. LIVRE DE LÁTEX. TAMANHO: 1,5. | | |
| 44 | 451472 | MASCARA LARINGEA Nº 02: MATERIAL: SILICONE. USO: REUTILIZÁVEL, COM ATÉ 40 CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. VEDAÇÃO: FORMADA NA HIPOFARINGE, GARANTINDO VEDAÇÃO DA LARINGE PARA VENTILAÇÃO. DESIGN: BORDA REFORÇADA, FORMATO ANATÔMICO, TUBO RESISTENTE A ACOTOVELAMENTO. BALÃO PILOTO: COM INDICAÇÃO TÁTIL DO GRAU DE INSUFLAÇÃO DO CUFF. INDICAÇÕES: TAMANHO, PESO DO PACIENTE E VOLUME MÁXIMO DE INSUFLAÇÃO IMPRESSO NO TUBO. ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVE DE VAPOR. LIVRE DE LÁTEX. TAMANHO: 02. | unidade | 20 |
| 45 | 451472 | MASCARA LARINGEA Nº 2,5: MATERIAL: SILICONE. USO: REUTILIZÁVEL, COM ATÉ 40 CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. VEDAÇÃO: FORMADA NA HIPOFARINGE, GARANTINDO VEDAÇÃO DA LARINGE PARA VENTILAÇÃO. DESIGN: BORDA REFORÇADA, FORMATO ANATÔMICO, TUBO RESISTENTE A ACOTOVELAMENTO. BALÃO PILOTO: COM INDICAÇÃO TÁTIL DO GRAU DE INSUFLAÇÃO DO CUFF. INDICAÇÕES: TAMANHO, PESO DO PACIENTE E VOLUME MÁXIMO DE INSUFLAÇÃO IMPRESSO NO TUBO. ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVE DE VAPOR. LIVRE DE LÁTEX. TAMANHO: 2,5. | unidade | 20 |
| 46 | 451473 | MASCARA LARINGEA Nº 03: MATERIAL: SILICONE. USO: REUTILIZÁVEL, COM ATÉ 40 CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. VEDAÇÃO: FORMADA NA HIPOFARINGE, GARANTINDO VEDAÇÃO DA LARINGE PARA VENTILAÇÃO. DESIGN: BORDA REFORÇADA, FORMATO ANATÔMICO, TUBO RESISTENTE A ACOTOVELAMENTO. BALÃO PILOTO: COM INDICAÇÃO TÁTIL DO GRAU DE INSUFLAÇÃO DO CUFF. INDICAÇÕES: TAMANHO, PESO DO PACIENTE E VOLUME MÁXIMO DE INSUFLAÇÃO IMPRESSO NO TUBO. ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVE DE VAPOR. LIVRE DE LÁTEX. TAMANHO: 03. | unidade | 25 |
| 47 | 451474 | MASCARA LARINGEA Nº 04: MATERIAL: SILICONE. USO: REUTILIZÁVEL, COM ATÉ 40 CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. VEDAÇÃO: FORMADA NA HIPOFARINGE, GARANTINDO VEDAÇÃO DA LARINGE PARA VENTILAÇÃO. DESIGN: BORDA REFORÇADA, FORMATO ANATÔMICO, TUBO RESISTENTE A ACOTOVELAMENTO. BALÃO PILOTO: COM INDICAÇÃO TÁTIL DO GRAU DE INSUFLAÇÃO DO CUFF. INDICAÇÕES: TAMANHO, PESO DO PACIENTE E | unidade | 25 |

| | | | | |
|----|--------|--|---------|-----|
| | | VOLUME MÁXIMO DE INSUFLAÇÃO IMPRESSO NO TUBO. ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVE DE VAPOR. LIVRE DE LÁTEX. TAMANHO: 04. | | |
| 48 | 451480 | MASCARA LARINGEA Nº 5: MATERIAL: SILICONE. USO: REUTILIZÁVEL, COM ATÉ 40 CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. VEDAÇÃO: FORMADA NA HIPOFARINGE, GARANTINDO VEDAÇÃO DA LARINGE PARA VENTILAÇÃO. DESIGN: BORDA REFORÇADA, FORMATO ANATÔMICO, TUBO RESISTENTE A ACOTOVELAMENTO. BALÃO PILOTO: COM INDICAÇÃO TÁTIL DO GRAU DE INSUFLAÇÃO DO CUFF. INDICAÇÕES: TAMANHO, PESO DO PACIENTE E VOLUME MÁXIMO DE INSUFLAÇÃO IMPRESSO NO TUBO. ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVE DE VAPOR. LIVRE DE LÁTEX. TAMANHO: 05. | unidade | 20 |
| 49 | - | POLIGLECAPRONE 4,0 - 3/8 - 1,9CM C/ AGULHA: O POLIGLECAPRONE 25 É UM FIO DE SUTURA CIRÚRGICA SINTÉTICO, ABSORVÍVEL E MONOFILAMENTAR, COMPOSTO POR UM COPOLÍMERO DE GLICOLIDA E E-CAPROLACTONA, CONHECIDO PELA SUA BOA SEGURANÇA DE NÓ E BAIXA REAÇÃO INFLAMATÓRIA. CAIXA COM 12. | caixa | 10 |
| 50 | | POLIPROPILENO 1- 1/2 - 4,0CM - C/ AGULHA: FIO DE SUTURA TIPO SINTÉTICA, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL E COMPOSTA POR POLÍMERO CRISTALINO ISOSTÁTICO DE POLIPROPILENO, UM POLIOLEFÍNICO SINTÉTICO LINEAR. A SUTURA DEVE SER APRESENTADA TINGIDA DE AZUL, A FIM DE FACILITAR A VISUALIZAÇÃO. A AGULHA CIRÚRGICA DEVERÁ SER COMPOSTA POR AÇO INOXIDÁVEL DA SÉRIE “AISI 420”. O PRODUTO DEVE ATENDER ÀS ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS PELA NORMA ABNT NBR 13904 – FIOS PARA SUTURA CIRÚRGICA, FARMACOPEIA BRASILEIRA E PELA FARMACOPEIA AMERICANA (USP) PARA SUTURAS CIRÚRGICAS NÃO ABSORVÍVEIS. POLIPROPILENO Nº 1- MEDINDO 75CM, 1/2, 4,0CM - CX COM 24 UNIDADES. | caixa | 20 |
| 51 | - | SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA PARA FLUIDOS ESTÉREIS QUE CONSISTE DE DUAS PONTAS PERFURANTES (EXTREMIDADES LANCETADAS) COM UM MEATO INTERNO COMUNICANTE ENTRE ELAS, UTILIZADO PARA RECONSTITUIÇÃO DE DROGAS LIOFILIZADAS E PRODUTOS INJETÁVEIS QUE NECESSITEM SER ADICIONADOS E MISTURADOS EM FLUIDOS ESTÉREIS. | unidade | 250 |
| 52 | 624482 | TUBO DE VENTILAÇÃO DE TEFLON: TUBO DE VENTILAÇÃO CONFECCIONADA EM TEFLON NA COR BRANCA. COM ALTA RESISTENCIA, APIROGÊNICO. POSSUI FORMATO DE CARRETEL VAZADO COM FLANGES LATERAIS DE IGUAL TAMANHO PARA FIXAÇÃO NA MEMBRANA DO TÍMPANO. PRODUTO DE USO ÚNICO. ESTÉRIL. | unidade | 30 |
| 53 | 451430 | TUBO ENDOTRAQUEAL C/B 5.5: TUBO ENDOTRAQUEAL COM DIÂMETRO INTERNO DE 5,5 | unidade | 100 |

| | | | | |
|----|--------|--|---------|-------|
| | | MM, COM BALÃO, FEITO DE MATERIAL PLÁSTICO UTILIZADO PARA ENTUBAÇÃO ENDOTRAQUEAL; MARCADORES DE GRADUAÇÃO EM CENTÍMETROS; EMBALAGEM INDIVIDUAL TIPO BLISTER, DE FÁCIL ABERTURA EM PAPEL GRAU CIRÚGICO; COM BALÃO; FABRICADO EM POLIPROPILENO, VÁLVULA ABS COM MOLA INOXIDÁVEL. | | |
| 54 | 627881 | CONDICIONADOR 30ML: CONDICIONADOR EM SACHÊ DE 30ML | sachê | 2000 |
| 55 | 295423 | CREME DENTAL 3G: CREME DENTAL EM SACHÊ DE 3G | sachê | 5000 |
| 56 | 627851 | DESODORANTE AEROSOL 150ML: DESODORANTE EM AEROSOL 150 ML. | unidade | 1000 |
| 57 | 478492 | LOÇÃO 35ML: LOÇÃO HIDRATANTE, FRASCO 35ML. | frasco | 6000 |
| 58 | 627845 | SHAMPOO SACHÊ 30 ML: SHAMPOO EM SACHÊ DE 30ML | sachê | 11000 |
| 59 | - | ATADURA GESSADA 06CM: CONFECCIONADO COM TECIDO DE GAZE 100% ALGODÃO, ISENTO DE CORANTE CORRETIVO E ALVEJANTE ÓPTICO, IMPREGNADO UNIFORMEMENTE COM MASSA VISCOSA, COMPOSTA DE GESSO HEMI- HIDRATADO COM SULFATO DE CÁLCIO, DERIVADOS DE CELULOSE E LIGANTES A BASE DE POLIMENTOS DE VINHA. 06CM X 2 METROS. | unidade | 50 |
| 60 | - | ATADURA GESSADA 08CM: CONFECCIONADO COM TECIDO DE GAZE 100% ALGODÃO, ISENTO DE CORANTE CORRETIVO E ALVEJANTE ÓPTICO, IMPREGNADO UNIFORMEMENTE COM MASSA VISCOSA, COMPOSTA DE GESSO HEMI- HIDRATADO COM SULFATO DE CÁLCIO, DERIVADOS DE CELULOSE E LIGANTES A BASE DE POLIMENTOS DE VINHA. 08CM X 2 METROS. | unidade | 300 |
| 61 | - | EMBALAGEM SMS 40X40CM - PESADO: PRODUTO NÃO ESTÉRIL. PESADO (50G). COMPATÍVEL E RESISTENTE AS CONDIÇÕES FÍSICAS DE ESTERILIZAÇÃO. PERMITE PENETRAÇÃO E REMOÇÃO DO AGENTE ESTERILIZANTE. NÃO GERA PARTÍCULAS. SEGURO E ATÓXICO, REPELÊNCIA A LÍQUIDOS. PACOTE COM 50 UNIDADES. | pacote | 700 |
| 62 | - | EMBALAGEM SMS 80X80CM - PESADO: PRODUTO NÃO ESTÉRIL. PESADO (50G). COMPATÍVEL E RESISTENTE AS CONDIÇÕES FÍSICAS DE ESTERILIZAÇÃO. PERMITE PENETRAÇÃO E REMOÇÃO DO AGENTE ESTERILIZANTE. NÃO GERA PARTÍCULAS. SEGURO E ATÓXICO, REPELÊNCIA A LÍQUIDOS. PACOTE COM 50 UNIDADES. | pacote | 650 |
| 63 | - | EMBALAGEM SMS 120X120CM - PESADO: PRODUTO NÃO ESTÉRIL. PESADO (50G). COMPATÍVEL E RESISTENTE AS CONDIÇÕES FÍSICAS DE ESTERILIZAÇÃO. PERMITE PENETRAÇÃO E REMOÇÃO DO AGENTE ESTERILIZANTE. NÃO GERA PARTÍCULAS. SEGURO E ATÓXICO, REPELÊNCIA A LÍQUIDOS. PACOTE COM 50 UNIDADES. | pacote | 500 |

| | | | | |
|----|----------------------|---|-----------|-------|
| 64 | - | LAMINA DESCARTÁVEL PARA TRICOTOMIZADOR CIRURGICO: INDICADA PARA A TONSURA DE TODOS OS TIPOS DE PELOS FINOS OU ESPESSOS, SECOS OU MOLHADOS. POSSUI LÂMINA DE CORTE SOBRE A LÂMINA ESTACIONÁRIA, À DISTÂNCIA DA PELE, MINIMIZANDO O RISCO DE FERIMENTOS OU CORTES. REALIZA O CORTE NOS DOIS SENTIDOS DE MOVIMENTO, PROPORCIONANDO UMA TRICOTOMIA EFICIENTE. POSSUI ALTURA DE 4,50CM, LARGURA DE 3,00CM PROFUNDIDADE DE 1,00CM, PESO LÍQUIDO DE 0,012 KG, ALTURA DA EMBALAGEM DE 7,00 EM PROFUNDIDADE DA EMBALAGEM DE 1,00CM. | unidade | 1000 |
| 65 | 604964 Aproximado | AVENTAL TNT DESCARTÁVEL MANGA LONGA 40G: INTEIRAMENTE CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO DO TIPO AGULHADO, POR PROCESSO DE COSTURA OVERLOQUE. HIPOALERGÊNICO; FECHAMENTO COM TIRAS; COR: BRANCA. 40G. NÃO ACEITAMOS A MARCA INFINTI. | unidade | 10000 |
| 66 | 610251 | EQUIPO UNIVERSAL PARA NUTRIÇÃO ENTERAL EM SISTEMA FECHADO: ESTÉRIL, DE USO ÚNICO, ATÓXICO, DESCARTÁVEL E LIVRE DE LÁTEX. DEVE APRESENTAR NO MÍNIMO 2,0 M DE COMPRIMENTO, CONEXÃO PROXIMAL UNIVERSAL EM FORMATO DE PONTA CRUZ, COM TAMPA PROTETORA PARA EVITAR CONTAMINAÇÃO DURANTE O MANUSEIO E COMPATÍVEL COM FRASCOS DE SISTEMA FECHADO. O EQUIPO DEVE POSSUIR CÂMARA DE GOTEJAMENTO FLEXÍVEL E TRANSPARENTE, QUE PERMITA A VISUALIZAÇÃO ADEQUADA DO FLUXO, ALÉM DE PINÇA CORTA-FLUXO E PINÇA ROLETE PARA REGULAGEM DA VAZÃO. A CONEXÃO DISTAL DEVE SER PADRÃO UNIVERSAL, PERMITINDO ENCAIXE SEGURO AO EQUIPO DE ADMINISTRAÇÃO ENTERAL. O PRODUTO DEVE SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, DEVIDAMENTE IDENTIFICADA COM NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, E POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. | unidade | 7.000 |
| 67 | - | ABSORVENTE: INTÍMO INTERNO, TAMANHO M, CAIXA COM 16 UNIDADES. | CAIXA | 50 |
| 68 | 431260 | ESPONJA HEMOSTÁTICA COLÁGENO: PRODUTO COM 100% DE COLÁGENO PORCINO LIOFILIZADO; ABSORVE 40 A 50 VEZES SEU PRÓPRIO PESO EM SANGUE TOTAL; ESTABILIZA O COÁGULO NO ALVÉOLO; POSSIBILITA ÓTIMA VISUALIZAÇÃO DO CAMPO CIRÚRGICO. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES - 1,0 X 1,0 X 1,0 CM. ATÓXICO E APIROGÊNICO, APRESENTA-SE PRONTO PARA USO, EMBALADO EM BLÍSTERES INDIVIDUAIS. APRESENTADO ESTÉRIL, SENDO A ESTERILIZAÇÃO FEITA POR RADIAÇÃO GAMA. | embalagem | 250 |
| 69 | 623732 | SERINGA 1ML COM AGULHA : SERINGA DESCARTAVEL 1ML COM AGULHA 13 X 0,45MM 26G 1/2, SEM ESPAÇO MORTO E COM CAPACIDADE PARA ATÉ 100 UNIDADES DE INSULINA. EM AÇO | unidade | 42000 |

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | INOXIDÁVEL, SILICONIZADA. CBPF EMITIDO PELA ANVISA. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER A NBR ISO 8537 DE 03/08/2006 E APRESENTAR O SELO DE APROVAÇÃO DO INMETRO, CONFORME PORTARIA N.º 503, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011. LUER SLIP. INTERVALO DE ESCALA NUMERADA 1 EM 1. | | |
|--|--|--|--|--|

Ressalta-se ainda que a Fundação Hospitalar de Janaúba, encontra-se em ampliação para atender maior demanda de pacientes e garantir o acesso a saúde ao máximo de pessoas. Considerando que a Fundação Hospitalar de Janaúba tem como missão oferecer atendimento médico de qualidade à população local, com foco na saúde integral e humanizada. A missão geralmente envolve proporcionar cuidados adequados e promover a saúde da comunidade.

A definição das quantidades a serem adquiridas nesta contratação foi realizada com base em critérios técnicos, estatísticos e assistenciais, observando-se os seguintes parâmetros:

- a- **Dados históricos de consumo** dos materiais médico-hospitalares nos últimos 03 anos;
- b- **Perfil assistencial** da Fundação Hospitalar de Janaúba/MG, caracterizado como hospital de urgência e emergência, com 130 leitos e referência para 14 municípios;
- c- **Crescimento contínuo da demanda** por atendimentos médicos, internações, procedimentos cirúrgicos e serviços de pronto atendimento;
- d- **Expansão da estrutura física e assistencial** da instituição, o que implicará em maior volume de pacientes e, conseqüentemente, em maior consumo de materiais;
- e- **Natureza crítica e imprevisível da demanda** hospitalar, especialmente em situações de emergência e surtos epidemiológicos;
- f- **Estabelecimento de estoque mínimo de segurança**, conforme recomendações das boas práticas de armazenamento de insumos hospitalares e exigências sanitárias (Anvisa e RDCs correlatas);
- g- **Prevenção de desabastecimento**, especialmente frente a riscos recorrentes como pregões frustrados, atrasos logísticos ou desistência de fornecedores.

As quantidades estimadas, portanto, refletem a real necessidade da instituição para manter o atendimento ininterrupto e de qualidade, sendo proporcionais à frequência de uso dos materiais e à criticidade de cada item no contexto hospitalar. Foram consideradas, ainda, as categorias de consumo conforme o tipo de atendimento prestado:

- **Materiais de uso contínuo** (como luvas, seringas, agulhas, sondas e soluções parenterais), com consumo diário elevado;
- **Materiais de emergência**, que exigem disponibilidade imediata, como tubos oro-traqueais, máscaras de oxigênio, kits de sutura e medicamentos injetáveis;
- **EPIs**, de uso obrigatório por norma sanitária, garantindo a segurança de pacientes e profissionais;
- **Materiais para diagnóstico e coleta**, necessários para a triagem e acompanhamento clínico dos pacientes;
- **Insumos para procedimentos cirúrgicos eletivos e de urgência**, compatíveis com a média mensal de cirurgias realizadas na instituição.

A definição de cada quantitativo visa garantir o suprimento contínuo ao longo do período de vigência da ata de registro de preços, permitindo o atendimento à população com segurança, agilidade e qualidade, conforme preconizado pelos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e em respeito ao direito constitucional à saúde.

Considerando que a estimativa foi mensurada considerando a quantidade de material a ser fornecido à Fundação Hospitalar de Janaúba/MG, levando em consideração os dados históricos de consumo, o perfil da população atendida, a natureza de urgência e emergência da instituição, bem como a necessidade de manter um estoque de segurança. Visto a necessidade de garantir que o hospital possa prestar um atendimento contínuo e de alta qualidade, atendendo às exigências sanitárias e as necessidades da população.

7. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

Diante das necessidades identificadas neste Estudo Técnico Preliminar, constata-se que a solução adequada requer a contratação de empresa especializada cujo ramo de atividade seja compatível com o fornecimento de materiais médico-hospitalares demandados. A adoção da modalidade de aquisição por item mostra-se a alternativa mais viável, tanto sob o aspecto da economicidade quanto pela possibilidade de ampliar a competitividade do certame.

Para a efetivação da contratação, apresentam-se como opções a serem consideradas pela Administração:

- 1- Buscar atas de registro de preços já existentes, que estejam compatíveis com os itens pretendidos, de modo a viabilizar a adesão, desde que atendidos os requisitos legais e regulamentares;
- 2- Manifestar intenção de registro de preços junto a outro órgão, participando da formação de ata na condição de órgão participante, de forma a compartilhar ganhos de escala e simplificar os procedimentos administrativos;
- 3- Promover licitação própria, hipótese em que a Fundação Hospitalar de Janaúba/MG conduziria diretamente o processo, observando todas as normas aplicáveis e definindo integralmente as condições do fornecimento.

O objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado; Dentro a região tem-se grande demandas do tipo:

- 1- <https://pncp.gov.br/app/editais/04876413000195/2025/27>
- 2- <https://pncp.gov.br/app/editais/18308742000144/2025/62>
- 3- <https://pncp.gov.br/app/editais/18557561000151/2025/89>
- 4- <https://pncp.gov.br/app/editais/18671271000134/2025/129>

Empresas comuns no ramo:

- 1- <https://www.cristalia.com.br/>
- 2- <https://www.halexistar.com.br/>
- 3- <https://www.rioclarense.com.br/>

Chega-se a conclusão:

- I. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) revela-se a alternativa mais adequada, segura e vantajosa para a Administração, dada sua ampla utilização e familiaridade por parte das empresas do setor, permitindo maior flexibilidade e economicidade na gestão dos insumos.
- II. Considerando a natureza e a baixa complexidade do objeto – aquisição de materiais médico-hospitalares padronizados e de uso corrente – não se faz necessária a realização de audiência ou consulta pública junto ao mercado, uma vez que não se identificam riscos ou peculiaridades que demandem a oitiva prévia de fornecedores.
- III. Foram examinadas contratações similares promovidas por outros órgãos e entidades públicas, por meio da análise de editais e processos correlatos, não se constatando inovações tecnológicas ou metodologias distintas que impactem diretamente a execução do objeto pretendido. Verificou-se que as variações existentes concentram-se na modalidade de licitação escolhida em cada caso, respeitada a permissibilidade normativa aplicável.
- IV. A aquisição dos materiais em questão, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, insere-se em um rol de contratações frequentes realizadas por entes públicos em todas as esferas da federação, reforçando a necessidade de planejamento adequado para assegurar continuidade no abastecimento.
- V. Constatou-se a ampla disponibilidade de fornecedores no mercado, plenamente aptos a atender aos requisitos técnicos e regulatórios estabelecidos neste documento, o que reforça a viabilidade da contratação e a segurança jurídica do processo licitatório.

Diante do exposto, verifica-se a plena necessidade e oportunidade da contratação, cabendo à Administração prosseguir com a adoção das medidas subsequentes para a instrução do processo licitatório, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e vantajosidade que regem a Administração Pública.

8. DO MODELO A SER ADOTADO

Após a análise técnica e considerando as características do objeto em questão, conclui-se que a forma mais adequada de condução do certame é a aquisição com julgamento por item. Essa modelagem permite ampliar a competitividade entre os licitantes, assegurando maior vantajosidade para a Administração, uma vez que possibilita que diferentes fornecedores disputem lotes específicos de acordo com sua especialidade, promovendo economia e eficiência no processo.

A adoção do julgamento por item ainda contribui para tornar a disputa de preços mais equilibrada e acirrada, reduzindo riscos de sobrepreço e garantindo maior aderência às necessidades efetivas da Fundação Hospitalar de Janaúba/MG. Essa sistemática também se mostra benéfica para os fornecedores, que podem direcionar suas propostas para os itens em que possuem melhores condições técnicas e comerciais, otimizando sua participação e fortalecendo o caráter competitivo da licitação.

Assim, registra-se que, nos moldes delineados, o modelo de julgamento por item representa a alternativa mais vantajosa tanto para a Administração quanto para os licitantes, assegurando economicidade, eficiência e transparência ao processo de contratação.

9. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

A descrição dos produtos foi levantada após profunda pesquisa mercadológica e conforme necessidades específicas compras realizadas nos últimos anos, sendo o mais viável a Fundação Hospitalar realizar **LICITAÇÃO PRÓPRIA** processada por **PREGÃO POR REGISTRO DE PREÇO**, na modalidade **ELETRÔNICA**, do tipo **JULGAMENTO POR ITEM**, para uma compra eficiente para a Administração Pública.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO DO OBJETO EM LOTES DIVERSOS OU LOTE ÚNICO

O presente certame será conduzido sob o critério de menor preço por item, ainda que os bens possuam características de similaridade técnica que pudessem, em tese, justificar o agrupamento em lotes. A escolha pelo julgamento individualizado por item não acarreta prejuízo à economicidade global da contratação, tampouco compromete a eficiência da solução. Ao contrário, tal modelo amplia a participação de potenciais fornecedores, permitindo que empresas que não detenham capacidade para fornecer a totalidade dos itens possam concorrer em segmentos específicos, o que fomenta a competitividade e tende a gerar maior vantajosidade para a Administração.

Nos termos do que dispõe a alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o planejamento das aquisições deve observar, sempre que técnica e economicamente viável, o princípio do parcelamento, visando ao melhor aproveitamento dos recursos do mercado e à ampliação da competitividade, sem prejuízo da economia de escala.

No caso concreto, a análise técnica demonstrou que o parcelamento da demanda em itens individualizados é a forma mais adequada de contratação, na medida em que:

- a) garante ampla participação de fornecedores de diferentes portes e especialidades;

- b) evita a concentração da contratação em um único fornecedor;
- c) assegura que o critério de vantajosidade seja aferido em cada item, permitindo melhor aproveitamento do mercado e maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, conclui-se que a opção pelo julgamento por item, em vez de lote único, encontra-se tecnicamente justificada e juridicamente amparada, constituindo medida que promove a economicidade, a eficiência administrativa e a ampliação da competitividade, em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

11. DA GARANTIA DO PRODUTO

11.1. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

11.2. A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo.

11.3. Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

12. DA VALIDADE DO PRODUTO

12.1. Os produtos deverão na data da entrega, apresentar a seguinte validade:

12.1.1. Quando a validade for superior a 24 (vinte e quatro) meses: validade mínima de 50% (cinquenta por cento) a partir da data de fabricação.

12.1.2. Quando a validade for igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses: validade mínima de 75% (setenta e cinco por cento) a partir da data de fabricação. Com a aplicação exclusiva a este prazo de validade, na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das atas de registro de preços desses fármacos, o hospital, poderá em extrema excepcionalidade, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos medicamentos no período de validade.

13. NATUREZA DO OBJETO

13.1. Trata-se de aquisição de bens de consumo:

- Serviço Comum;
- Serviço Técnico;
- Material de consumo;**
- Material Permanente;

14. DOS PRAZOS

14.1 O fornecimento dos bens deverá ser efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da nota de empenho pela contratada, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas em sua proposta comercial, em local indicado.

14.2 Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado Av: PEDRO ÁLVARES CABRAL, 140 - Bairro: VEREDAS – JANAÚBA- MG/ 39440-065, quando se tratar de Nota Fiscal com natureza de operação venda, sendo o recebimento, neste momento, de caráter provisório, compreendido no horário compreendido entre 07:00 às 17:00h, de segunda a sexta-feira.

14.3 Para a Fundação Hospitalar de Janaúba-MG., a remessa do pedido deverá ser iniciada após o recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), em conformidade com as necessidades do órgão. Para os órgãos participantes a remessa será iniciada conforme orientações do órgão.

14.4 A “ORDEM DE FORNECIMENTO”, será emitida e encaminhada ao e-mail.

14.5 O prazo estabelecido acima poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pela Autoridade Competente.

14.6 A entrega será efetuada em razão da emissão de nota de empenho, ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), em conformidade com as necessidades do órgão.

14.7 Caberá à Seção de Almoxarifado com o auxílio do setor solicitante, o recebimento dos materiais, incumbindo-lhe a declaração do aceite dos materiais conforme as especificações do edital.

14.8 O recebimento dos materiais licitados está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o licitante vencedor a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, na forma prevista neste Termo de Referência, na Lei nº 14.133/21 e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber.

15. INDICADORES DE DESEMPENHO DA CONTRATAÇÃO

15.1. A empresa vencedora deverá proceder a entrega do produto em tempo pactuado e ainda assegurar a qualidade e garantia.

16. RISCOS DA AQUISIÇÃO

A presente contratação ainda não possui gerenciamento de riscos, entretanto, lista-se a seguir os riscos identificados na última contratação:

| Risco: | Contratada falha com a execução, implicando inexecução parcial ou total | | |
|------------------------------------|---|------|------------------------------|
| Probabilidade (alto, médio, baixo) | Id | Dano | Impacto (alto, médio, baixo) |
| | | | |

| | | | |
|---------------|--|--|---------------------------------------|
| baixo) | | | baixo) |
| Média | 1 | Atrasar entrega | ALTO |
| Baixa | 2 | Inexecução parcial ou total da obrigação | MÉDIO |
| Média | 3 | Recusar-se a troca ou substituição | Médio |
| Id | Ação de Mitigação e Contingência | | Responsável |
| 1 | Acompanhamento dos prazos de execução da demanda | | Gestor da contratação |
| 1, 2 e 3 | Composição de sanções contratuais adequadas | | Equipe de planejamento da contratação |
| 2 | Rescisão da contratação e convocação da empresa que apresentar a segunda melhor proposta | | Gestor da contratação |
| 3 | Não atesto da execução dos serviços | | Gestores |

17. INDIQUE OS RESULTADOS ESPERADOS DA AQUISIÇÃO

A presente aquisição tem como objetivo principal atender de forma eficaz e contínua às necessidades de consumo da Fundação Hospitalar de Janaúba/MG, observando as condições, quantidades, especificações técnicas e exigências estabelecidas neste instrumento.

Espera-se, com essa contratação, garantir o suprimento adequado e regular de materiais médico-hospitalares essenciais, assegurando a qualidade e a segurança dos atendimentos prestados à população, em especial nas áreas de urgência e emergência.

Dessa forma, a aquisição contribuirá diretamente para o pleno exercício do direito constitucional à saúde, previsto no Artigo 196 da Constituição Federal, possibilitando que a Fundação mantenha sua capacidade operacional, atenda às demandas crescentes e promova o bem-estar dos pacientes.

Além disso, espera-se promover a eficiência na gestão dos recursos públicos, com controle rigoroso dos estoques, redução de desperdícios e racionalização dos custos, refletindo em maior economicidade e transparência na aplicação dos recursos.

Por fim, a contratação viabilizará a manutenção da qualidade assistencial, segurança do paciente e a continuidade dos serviços de saúde, pilares fundamentais para o funcionamento da Fundação Hospitalar e para a promoção da saúde da comunidade atendida.

1. Garantia de Atendimento Contínuo e Eficiente

- Disponibilidade constante dos insumos indispensáveis ao atendimento hospitalar, em especial nas áreas de urgência e emergência.
- Prevenção de desabastecimentos, assegurando que a instituição esteja preparada para responder prontamente a situações críticas, sem interrupção no atendimento.
- Capacidade de oferecer assistência imediata e eficaz, com materiais disponíveis para procedimentos de alta complexidade e situações emergenciais.

2. Melhora na Qualidade do Atendimento aos Pacientes

- Fornecimento de materiais de alta qualidade, que resultam em tratamentos mais seguros e eficazes, sobretudo em casos de infecções, traumas e cirurgias emergenciais.
- Redução de riscos de infecção hospitalar por meio do uso de insumos estéreis e descartáveis, como luvas, seringas e escovas cirúrgicas, assegurando maior segurança durante os procedimentos médicos.

3. Atendimento a Exigências Regulatórias e Sanitárias

- Conformidade com os requisitos estabelecidos pela ANVISA e demais autoridades sanitárias, garantindo que os materiais adquiridos estejam regularizados e certificados para uso hospitalar.
- Observância às normas legais e regulamentares aplicáveis, incluindo as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas.

4. Eficiência na Gestão de Estoque e Custos

- Otimização da gestão de estoques, com níveis adequados que evitem tanto a escassez quanto o excesso de materiais.
- Redução de custos operacionais, prevenindo compras emergenciais que poderiam onerar o orçamento público.
- Maior previsibilidade financeira, com base em estimativas de consumo realistas e fundamentadas.

5. Segurança para a Equipe Médica e Profissionais de Saúde

- Disponibilização de materiais de proteção individual e insumos descartáveis que asseguram ambiente seguro para a execução de procedimentos.
- Redução de riscos de contaminação e infecções cruzadas, protegendo a saúde dos profissionais e dos pacientes.

6. Atendimento a Demandas Emergenciais e Periódicas

- Capacidade de resposta a picos de demanda decorrentes de surtos epidemiológicos, elevação sazonal de internações ou situações imprevistas.
- Manutenção de estoque de segurança que garanta estabilidade no fornecimento de insumos durante períodos de alta demanda.

7. Continuidade dos Processos Hospitalares

- Garantia de funcionamento ininterrupto dos serviços, com menor risco de interrupções nos fluxos assistenciais.
- Permissão para que os profissionais concentrem-se integralmente na assistência, sem preocupações logísticas relacionadas ao abastecimento de materiais. A presente aquisição não se limita ao simples fornecimento de insumos, mas constitui medida estratégica para a manutenção da qualidade assistencial, da segurança do paciente e da eficiência da gestão hospitalar. Reafirma, assim, o compromisso da Fundação Hospitalar de Janaúba/MG e do Poder Público em assegurar a concretização do direito fundamental à saúde, promovendo a dignidade, o bem-estar e a vida da população atendida.

18. DECLARAÇÃO ACERCA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando os Estudos Preliminares, declaramos a viabilidade de **AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE JANAÚBA/MG**, através da solução de registro de preço em ata, uma vez que se demonstra viável econômica e tecnicamente, além de necessária e adequada ao fim que se destina.

19. DA COMPOSIÇÃO DOS VALORES E DIVULGAÇÃO DO PREÇO MÉDIO

19.1. O preço médio teve como base os valores junto com fornecedores através do Portal Bionexo, que é o portal de Cotações da Fundação Hospitalar de Janaúba-MG, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, atas de registro de preços de outros órgãos públicos e demais fornecedores.

19.2. Os valores unitários de pesquisa de mercado não deverão ser divulgados no edital, ficando disponível apenas para os órgãos de controle, conforme orientação do acórdão 903/2019 do plenário do TCU.

19.3. Após a fase de lances a pesquisa de mercado com os preços médios ficarão à disposição dos licitantes interessados em fazer vistas. Ressalta que, há benefício à eficiência administrativa, do qual a publicidade pode ser postergada. Nessa perspectiva, se posicionariam Jorge Ulisses Jacoby Fernandes e Maria Sylvia di Pietro. Dentre as razões, citam-se a de inibir a tentativa de o licitante limitar seu preço ao estimado, permitir ao pregoeiro obter preços inferiores ao estimado e não vincular os preços à época da pesquisa.

No relatório do Acórdão 2080/2012-TCU-Plenário cita que a não divulgação do orçamento estimativo também deveria ser avaliada considerando-se a finalidade da regra contida no inciso XVII do art. 4º da Lei 10.520/2002, que possibilita ao pregoeiro negociar com o licitante vencedor no intuito de obter preço ainda mais vantajoso para a Administração.

O fato é que, a depender do mercado, a publicação do orçamento estimado da contratação ocasiona o chamado efeito âncora, elevando os preços das propostas ao mais próximo possível do valor de referência da Administração. Nessas situações, a consagração de princípios próprios da Administração Pública (interesse público e eficiência, sobretudo) recomendam que o preço orçado pela Administração seja mantido sob sigilo até o fim da disputa pelo contrato.

As vantagens do orçamento sigiloso são inúmeras, dentre elas pontuamos as seguintes: (i) busca diminuir a assimetria de informações entre a administração e o licitante e, dentre podemos citar: (ii) estimula os licitantes a apresentarem propostas reais de preços, de acordo com os seus custos efetivos; (iii) dificulta a participação de empresas sem expertise, com menor capacidade de planejamento ou responsabilidade técnica na confecção das propostas; busca fazer com que os licitantes apresentem suas melhores propostas; (iv)

fomenta a negociação; (v) busca evitar o conluio nas licitações, ou seja, tem por escopo principal selecionar a proposta mais vantajosa para a administração.

20. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

20.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

21. PRAZO DE VIGÊNCIA

21.1. A aquisição será para o período de 12(doze) meses, assim o prazo de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇO de vera ser de 12(doze), podendo se prorrogável renovando-se os saldos.

22. CONCLUSÃO

Assim, considerando o exposto, conclui-se que a presente documento elaborada esteja dentro dos padrões exigidos para que guarneçam de legalidade as regras para a contratação nos moldes pretendido.

Janaúba-MG., 03 de novembro de 2025.

Jessica Micaelle Carneiro Sales Silva
Coordenadora da Farmácia

Ana Cláudia de Oliveira Neres
Coordenação de Enfermagem

Joyce Fernandes Lima
Nutricionista RT

Valéria Lopes de Oliveira



FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE JANAÚBA

Av: PEDRO ÁLVARES CABRAL, 140 - Bairro: VEREDAS – JANAÚBA- MG/ 39440-065

Telefone: (38) 3821-1138

www.hrjanauba.com.br

Coordenação do centro de imagens

Francine Vitoria Silva Santos
Técnica de Segurança do Trabalho

II – MODELO DE PROPOSTA

EDITAL 048/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N° 061/2025
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS N° 032/2025
(papel timbrado da empresa licitante)

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE JANAÚBA/MG.

| PROPOSTA COMERCIAL | | | |
|-----------------------------------|----------|-------------------------------|--|
| DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA | | PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE | |
| Razão Social | | | |
| CNPJ | | | |
| Endereço | | | |
| Telefone e e-mail de contato | | | |
| Nome do Representante Legal | | | |
| Identidade do Representante Legal | | CPF: | |
| Conta: | Agencia: | Banco: | |

| ÍTEM | UNID | QUANT | DESCRIÇÃO | MARCA | VLR. UNITARIO | VLR. TOTAL |
|--------------|------|-------|-----------|-------|---------------|------------|
| | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | |

1- CONDIÇÕES GERAIS: A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

- 2- LOCAL E PRAZO DE ENTREGA :** De acordo com o especificado no Termo de Referência, deste Edital. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.
- 3- Preço total da Proposta (em algarismos):** R\$___ Valor por extenso: _____
- 4- Prazo de validade da proposta (não inferior a 60 dias, contados da data de apresentação da mesma):** _____ (_____) dias.

_____, _____, de _____ de 2025.

Assinatura: _____

Obs.: Identificar o responsável pela empresa com CPF e utilizar carimbo padronizado da empresa.

III– DECLARAÇÃO UNIFICADA

EDITAL 048/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 061/2025
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2025
(papel timbrado da empresa licitante)

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE JANAÚBA/MG.

(Nome da empresa)....., inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e inscrito no CPF sob o nº....., FONE: (0xx.....) **DECLARAMOS** para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pela Fundação Hospitalar de Janaúba-MG, que:

A- Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21

B- Inexiste fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;

C- Estamos cientes e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem Como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

D- Não possuímos empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

E- Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

F- Estamos sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

SIM () NÃO ().

G- DECLARAÇÃO DE ASSINATURA POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Declaramos estar ciente que, o representante legal indicado neste documento, será o signatário da “Ata de Registro de Preços”, o qual deverá assinar o documento eletrônico em formato “PDF”, por certificação digital.

Assinatura:_____.

H- DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que consente expressamente que a Fundação Hospitalar de Janaúba-MG., realize o tratamento de seus dados pessoais nos termos do inciso I do artigo 7º da Lei 13.709/2016.

Obs.: Identificar o responsável pela empresa com CPF e utilizar carimbo padronizado da empresa.

IV– MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EDITAL 048/2025 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 061/2025 PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de 202...., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no EDITAL Nº 000/2025, PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 000/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2025, REGISTRO DE PREÇOS Nº 0000/2025, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em conformidade com as disposições a seguir:

EMPRESA :

CNPJ:

ENDERENÇO:

REPRESENTANTE

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo ao EDITAL Nº 000/2025, PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 000/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2025, REGISTRO DE PREÇOS Nº 0000/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

15. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| ÍTEM | UNID | QUANT | DESCRIÇÃO | MARCA | VLR. UNITARIO | VLR. TOTAL |
|--------------|------|-------|-----------|-------|------------------|---------------|
| | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | |

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação. Vedação a acréscimo de quantitativos
- 3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 4.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 4.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 4.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 4.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 4.8. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

- 4.9. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 4.10. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 4.11. Mantiverem sua proposta original.
- 4.12. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 4.13. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 4.14. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 4.15. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.11 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 4.16. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 4.17. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
- 4.18. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 4.19. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.20. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

- 4.21. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada.
- 4.22. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 4.15, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 4.23. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 4.24. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 4.25. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 4.26. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 5.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 5.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 5.4. Na hipótese de previsão no edital, casos de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 5.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 6.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 6.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 6.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 6.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao

gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

- 6.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 6.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 6.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
- 6.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.6 e no item 6.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 6.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
 - 7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 7.1.5. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços,

poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

- 7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 7.4.1. Por razão de interesse público;
 - 7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

- 8.28. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.
- 8.29. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 8.30. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 8.31. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

- 9.22. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL
- 9.23. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.



FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE JANAÚBA

Av: PEDRO ÁLVARES CABRAL, 140 - Bairro: VEREDAS – JANAÚBA- MG/ 39440-065

Telefone: (38) 3821-1138

www.hrjanauba.com.br

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e
representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

V– MINUTA DO TERMO DO CONTRATO

**EDITAL 048/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 061/2025
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2025**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE
JANAUBA-MG, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A Fundação Hospitalar de Janaúba-MG, por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| 1 | | | | | |
| 2 | | | | | |
| 3 | | | | | |
| ... | | | | | |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....), conforme valores unitários e totais lançados no mapa acima.

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ___/___/___ (DD/MM/AAAA).

- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.10. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 8.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 05 (cinco) dias;
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.13. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

9.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade dos fornecedores, entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista exigidos em lei;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução;

9.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou aprendiz, bem como as demais reservas previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos referida na cláusula anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021);

- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto a custos variáveis futuros, exceto nas hipóteses previstas no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;
- 9.16. Cumprir as normas de segurança do Contratante, bem como a legislação aplicável de âmbito federal, estadual e municipal;
- 9.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas legais e regulamentares pertinentes, mantendo limpo e seguro o local de execução do objeto;
- 9.18. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que se afastem das especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.19. Não permitir a utilização de trabalho de menores em desacordo com a Constituição Federal e a legislação trabalhista, observando as restrições quanto à idade, condição de aprendiz e proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - der causa à inexecução total do contrato;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. **Multa:**

-Moratória de 0,5 % por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias;

-O atraso superior a 10(dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

13.1. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.2. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.3. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.7. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

13.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

13.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133/2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato,

ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro de Janaúba-MG., para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].



FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE JANAÚBA

Av: PEDRO ÁLVARES CABRAL, 140 - Bairro: VEREDAS – JANAÚBA- MG/ 39440-065

Telefone: (38) 3821-1138

www.hrjanauba.com.br

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-